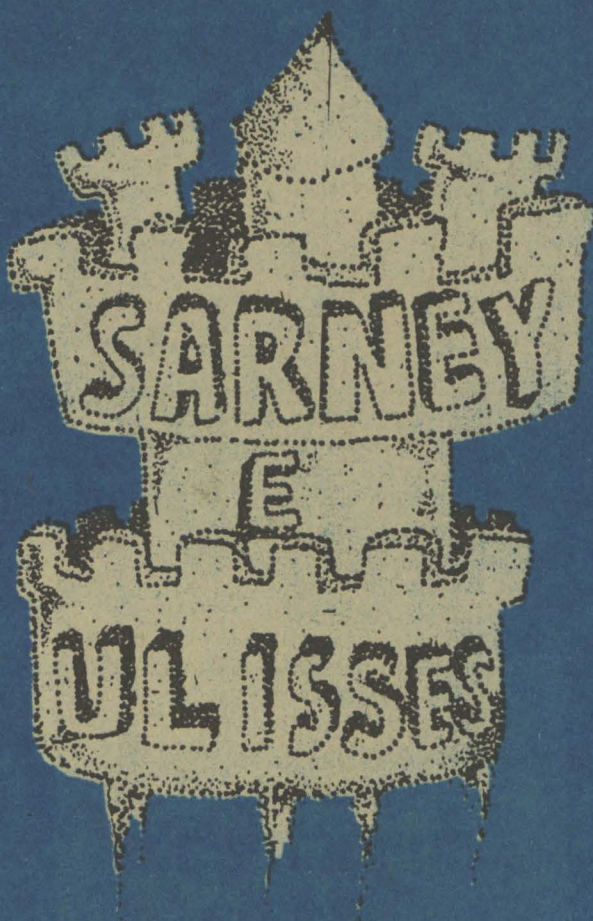


Tribuna da Luta Operária

ANO VIII - Nº 315 - DE 8 A 14 DE JUNHO DE 1987

Cz\$ 10,00

Esta aliança agüenta a crise?



Aliando-se a direita, Sarney e Ulysses parecem colecionar apoios para o mandato presidencial de 5 anos. Mas uma análise mais aprofundada demonstrará que os dois, na verdade, constroem castelos de areia em dia de tempestade. Pag. 3



EDITORIAL

Discurso confissão

Impotência e capitulação aos inimigos da pátria - isto é o que fica evidente no pronunciamento de José Sarney na reunião ministerial do último dia 2. Num discurso oco e demagógico o chefe do governo revelou, em frases soltas no meio do texto mal alinhavado, a orientação antinacional e antipopular que vem adotando, fazendo o jogo das forças de direita e do imperialismo.

No início de sua falação, o presidente constatou o que todo mundo sabe: "O Plano Cruzado não teve forças para resistir aos seus inimigos". Mas não tira consequências desta confissão - na verdade não foi o Plano em si que recuou, foi o governo que não teve disposição para vencer os inimigos do Plano, principalmente do congelamento.

Mais adiante Sarney faz outra afirmação que é de conhecimento geral: "Na maioria de nossos problemas interferem direta ou indiretamente as dívidas que herdamos - pagamos em dois anos 23 bilhões de juros". Deveria dizer, para ser mais claro, que os inimigos da pátria, do Plano Cruzado, e do congelamento em particular, sugaram, em dois anos 23 bilhões de dólares indispensáveis ao progresso do país. Mas, surpreendentemente, o presidente chega a uma conclusão revoltante: Temos que reduzir a presença do credor e aumentar a dos sócios na vida das empresas".

Em português claro, o presidente Sarney diz, com uma candura angelical, que devemos transformar o inimigo em sócio das empresas nacionais. É esta exatamente a proposta do Citicorp, o maior credor do Brasil, inimigo feroz do progresso e da independência do país: converter a dívida em ações das empresas estatais, através das negociações nas bolsas de valores.

O presidente vai longe neste caminho entreguista. Ele diz que "ao lado de investimentos governamentais, em infra-estrutura, precisamos de investimentos privados, quer nacionais, quer estrangeiros". E com cinismo ainda convida: "Investir no Brasil é um excelente negócio". Se não fosse pelo sotaque nordestino e pelos vastos bigodes, os telespectadores diriam que estavam ouvindo o ex-ministro da Fazenda, Delfim Netto, defensor incansável da total subordinação de nossa pátria ao capital financeiro internacional.

No terreno democrático também o presidente reafirma sua tendência para a direita. Apelando para o populismo, ele diz: "O Brasil mudou e é outro. Hoje ele está nas mãos do povo". Mas na frase seguinte tira a máscara e adota a linguagem que os generais lhe recomendam: "Devemos esclarecê-lo de que ele não deve promover a desordem reivindicativa". Ou seja, o país é do povo mas são os seus presidentes, tutelados pelos militares, que ditam a este mesmo povo o que é permitido reivindicar. E se o povo não concordar, é tachado de baderneiro - como já disse o ministro Paulo Brossard e como repetiam frequentemente os generais ditadores durante 21 anos.

Por último, como fecho de ouro, o presidente declara: "Serei rígido na cobrança de minhas ordens". Quis dar um rugido mas todos ouviram apenas um miado. Os especuladores, os banqueiros, as multinacionais, os grandes magnatas, sabotam aciniosamente todas as medidas, mesmo as mais tímidas, de controle dos preços, e o governo não mexe uma palha para puni-los. Esta ameaça só tem consequências para os trabalhadores, pois até tanques e navios de guerra já foram utilizados para intimidar e reprimir movimentos grevistas que simplesmente reivindicavam melhores salários.

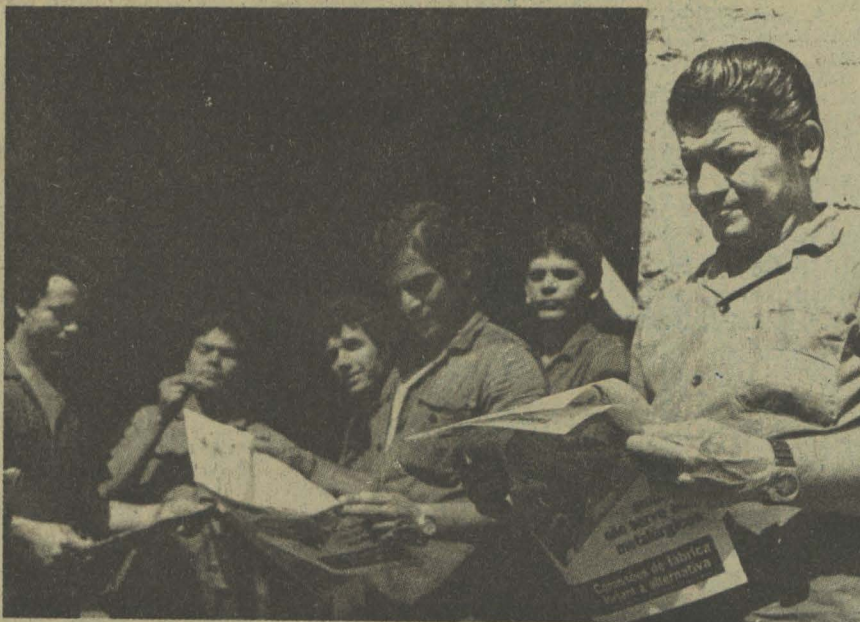


Foto: Allon S. Leite

Os 50 mil exemplares da edição bem recebidos nas fábricas

Metalúrgicos SP: surpresas no pleito

No final da campanha, a postura estranha da Chapa 3, que se diz de oposição, mas não ataca os pelegos. Veja também as denúncias da TO especial sobre o pleito. Pg. 6

"Tudo o que é sólido desmancha no ar?"

O livro "Tudo o que é sólido desmancha no ar" de Marshall Berman é analisado por José Carlos Ruy. O título, que foi extraído do famoso "Manifesto Comunista" de Marx e Engels, na verdade é expressão de uma tergiversação da dialética marxista perpetrada com refinamento por este escritor americano que é fruto da explosão desencadeada na década de 60. O livro se propõe a continuar, sob nova forma, o "Rumo à estação Finlândia", escrito por Edmund Wilson. Página 5

A quem serve a conversão da dívida?

O governo pretende adotar novas normas para facilitar a conversão da dívida externa em investimentos diretos, liberalizando a troca dos débitos por ações, aquisições e implantações de empresas ou outras aplicações na economia brasileira. A consequência mais funesta será o aprofundamento da desnacionalização. O déficit público também irá crescer. Vantagens? Só para os gringos. Leia mais a respeito na página 4.

PROPOSTA DE EMENDA AO PROJETO DE CONSTITUIÇÃO

(Art. 24 do Regimento Interno da ANC)

Entidades Coordenadoras:

CONAM, FAMESC, FAMOPAR, FECAMPA, FAMOBH, FRACAB, FAMESM, CONSABES, CORAFASP, FECAP, FECOAM, FEMOCOAHB, COAMAP, FEGAM, FAFERJ, FAMERJ, FRAB, FBFF, FEMAB, FAMEPI, FUMBESMA, FAMAC.

Assunto: MORADIA POPULAR

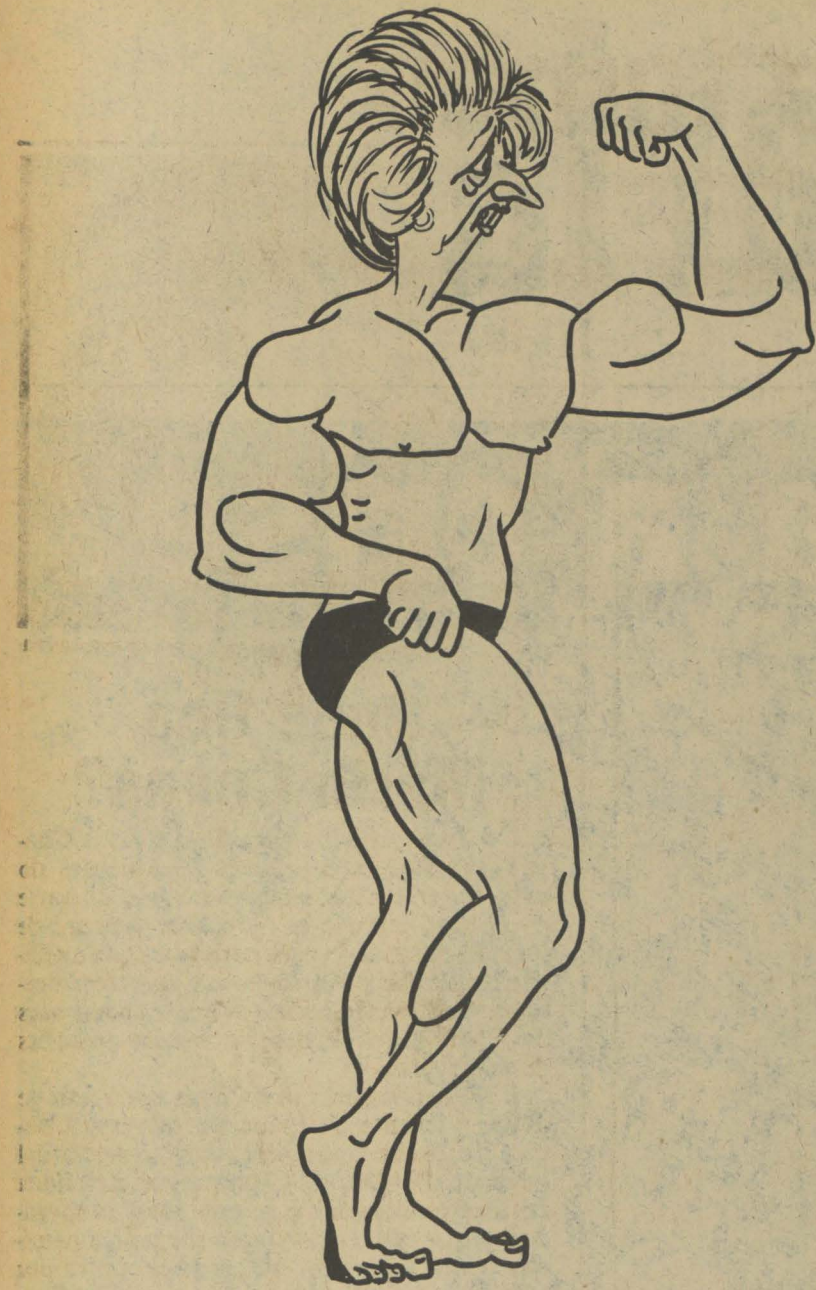
Onde couber:

"Art... - O direito à moradia precede e predomina sobre o direito de propriedade"
"Art... - O acesso à moradia digna e adequada é garantido a todos pelo Poder Público e, prioritariamente, aos trabalhadores assalariados de baixo rendimento."
§ 1º - A dimensão da unidade habitacional deverá corresponder às necessidades básicas da família, garantindo-se um mínimo de 10 m2 de área construída útil por pessoa.
§ 2º - Entende-se como moradia digna e adequada não apenas a casa, mas também o

Participação popular na nova Constituição

Nos quatro cantos do Brasil, entidades populares, sindicais, partidos políticos se movimentam: é a etapa decisiva que não pode passar sem participação popular nos trabalhos de elaboração da nova Constituição. Leia na última página.

Fundação Mauricio Grabois



INGLATERRA

Perigo à vista...

Em uma eleição onde faltam os grandes temas de campanha, a Grã-Bretanha vai às urnas no dia 11 para renovar o parlamento. A inflação está baixa, o desemprego alto, mas tudo estável. E, na falta de melhores alternativas, a "dama de ferro" Margaret Thatcher aparece como franca favorita para ser reeleita primeira-ministra.

Margaret Thatcher vai tentar - e tudo indica que deve conseguir - seu terceiro mandato como primeira-ministra. Ela é hoje, incontestavelmente, a liderança política mais popular do país e, se deve reduzir a maioria esmagadora que conseguiu nas eleições de 1983, seu Partido Conservador lidera todas as pesquisas de opinião, com mais de 40% das preferências contra pouco mais de 30% da oposição trabalhista. Uma terceira força política formada nos últimos anos, a coalizão liberal-social-democrata, aparece em terceiro, com 20%.

Como explicar o favoritismo da "dama de ferro", uma governante autoritária, que não esconde sua aversão pelos sindicatos e não se preocupa sequer em fazer média com os trabalhadores? A palavra-chave parece ser estabilidade econômica. Nos oito anos desde que chegou ao poder, em 1979, ela conseguiu baixar a inflação de 18% para 4% ao ano - um nível mais aceitável para os padrões europeus.

Se a marca registrada dos governos trabalhistas que a antecederam era a manutenção de empresas estatais semi-falidas, base de sustentação para a burocracia sindical trabalhista, Thatcher privatizou mais de 24 destas empresas. E escolheu um caminho bastante compensador politicamente: vendeu milhões de pequenos lotes de ações para pequenos novos acionistas, e com isso ampliou a chamada "classe média" de 33% para 40% da população - que formam sua principal base

de apoio, ao lado dos restos de aristocracia e da alta burguesia.

O custo social deste processo é que não costuma ser tão exaltado quanto seu aparente sucesso. Se nos últimos três meses o desemprego vem caindo, rompendo para baixo a barreira psicológica dos 3 milhões, ele ainda é três vezes maior do que antes de Thatcher. E existem hoje 6 milhões de ingleses vivendo abaixo da linha de pobreza.

BRAÇO DE FERRO

A desigualdade na distribuição da renda correspondeu também a um maior desnível entre o sul próspero e um norte decadente. Talvez um dos momentos marcantes deste processo tenha sido a greve de quase um ano - entre 1984 e 1985 - dos mineiros de carvão, que protestavam contra o fechamento de minas consideradas improdutivas. Cidades inteiras do norte da Inglaterra, da Escócia e do País de Gales viviam exclusivamente em função da exploração do carvão.

A verdade é que no braço de ferro da greve dos mineiros Thatcher acabou conseguindo quebrar a espinha dorsal dos sindicatos, que sempre funcionaram como pilar de sustentação dos governos e das bancadas parlamentares trabalhistas. Entre 1979 e 1987, os ingleses sindicalizados diminuíram de 30% para 22%, apenas 3% mais que a porcentagem dos proprietários de ações. Isto explica, em parte, os maus resultados dos trabalhistas, que não esperam voltar tão cedo à Downing Street - a sede do governo.

Em matéria de opções eleitorais, os ingleses estão certamente mal servidos. Thatcher é isso aí, e os trabalhistas cheiram um pouco ao passado, a um capitalismo de Estado misturado com burocracia sindical que já não empolga sequer os trabalhadores. E que exatamente por isso não consegue ser alternativa à "dama de ferro".

(SQ)

NICARÁGUA

Sob cerco militar

Atualmente, 25% da força de trabalho nicaragüense, estimada em 800 mil pessoas, estão mobilizadas na guerra contra a agressão dos Estados Unidos. O sindicalista Damazo Bargas, da Executiva Nacional da Central Sandinista dos Trabalhadores, falou à *Tribuna Operária* sobre as consequências do conflito, que consome cerca de 50% da produção do país.

TO: Como está a situação da Nicaraguá hoje?

Bargas: Existe, em primeiro lugar, uma constante agressão norte-americana, em várias frentes, inclusive utilizando os ex-guardas somozistas e outras forças contra-revolucionárias. Isso ao tempo em que Honduras e Costa Rica são preparadas para serem bases militares para uma futura agressão direta dos EUA sobre a Nicaraguá.

Essa situação exige um grande esforço dos nicaragüenses com a defesa do país. A produção das cooperativas, de máquinas, de construções, estão voltadas para a defesa do país. É uma situação muito difícil, que gera problemas de abastecimento, reduz os gastos com saúde e outros não menos importantes. Hoje, cerca de 50% do Produto Interno Bruto do nosso país são gastos na luta para manter a independência e a revolução. Estamos resistindo firmemente nesta luta, que não é só nossa, mas parte da luta latino-americana contra a opressão.

TO: Como os trabalhadores reagem a essa situação?

Bargas: Em geral, podemos dizer que os trabalhadores estão com a revolução e são a força principal na defesa do país. Temos redobrado nosso esforço de guerra, combatendo os contra-revolucionários que penetram em nosso território a partir de Honduras e Costa Rica. Há uma posição dos trabalhadores para enfrentar o problema de maneira firme, valente, com um sentimento nacionalista, defendendo nossa independência e soberania. Assumimos também a luta

na frente econômica, fator importante na guerra.

TO: Em que consiste as tarefas econômicas?

Bargas: Sobre tudo em utilizar corretamente os poucos recursos de que o país dispõe. Temos problemas com exportações, não temos divisas, pouco ou

nada podemos importar, o que nos obriga a retirar a máxima eficiência dos poucos recursos do país. jovens trabalhadores que prestam serviço militar, muitos o fazem voluntariamente. No Exército Popular, mais de 200 mil homens foram armados. Nossa população assalariada é de 800 mil, e 25% dela está na frente de defesa, o que é um esforço extraordinário para nossa economia. Mas o povo está consciente de sua revolução e com uma enorme disposição de continuar a luta.



Os nicaragüenses armados, para defender a revolução

Um trabalho difícil, que subordina a organização da produção, do trabalho, do salário. Temos que adaptar a economia para produzir alimentos e vestuário para os combatentes e também para a alimentação mínima do povo.

TO: Qual o efetivo militar envolvido diretamente na defesa do país?

Bargas: São incontáveis os recursos humanos mobilizados neste momento. Cada camponês tem um fuzil e quando vê sua cooperativa atacada, a defende. Estamos armando mais de 100 mil camponeses. Dos milhares de

TO: Então os EUA e os contra-revolucionários não têm apoio interno?

Bargas: A contra-revolução não tem logrado apoio interno, salvo em alguns setores, pequenos partidos conservadores, que se colocam a reboque do comando imperialista. Não existe frente interna organizada no país. Não há, na Nicaraguá, apoio à contra-revolução, mas sim a intenção do povo de encontrar uma solução de paz para o conflito. Defendemos com armas nas mãos a revolução, ao mesmo tempo em que buscamos soluções negociadas em distintos fóruns internacionais.



Bargas, da Central Sandinista "Nossa luta faz parte da luta latino-americana"

Constituição exemplar

A Associação de Amizade Brasil-Albânia acaba de lançar o livro "Constituição da República Popular Socialista da Albânia". Uma Carta inigualável, aprovada, pela Assembleia Popular em 23 de dezembro de 1976, após ter sido discutida por mais de 1,5 milhão de albaneses (o país tem, atualmente, 3 milhões de habitantes), que fizeram mais de 300 mil propostas para sua modificação e aperfeiçoamento. Um exemplo impar da verdadeira democracia, a democracia socialista. Pedidos à AABA, rua Barão de Itapetininga, 297, s. 53, Caixa Postal 05301. O exemplar custa Cr\$ 50,00.



CDM
Centro de Documentação e Memória
Fundação Maurício Grabois



Prisões sem processo

O governo da África do Sul admitiu que pelo menos 1.480 pessoas estão presas sem nenhum processo, de um total de 25 mil detidas após a decretação do estado de emergência no país. O primeiro-ministro racista, Peter Botha, decretou o estado de emergência há um ano, para poder sufocar - sem os embargos causados mesmo pelas leis draconianas do país - as manifestações da comunidade negra. A oposição ao apartheid já perdeu a conta do número de populares assassinados sob tortura, após terem sido seqüestrados pela polícia racista, nesse período.

Sob suspeita

Pela segunda vez em um ano o Shin Bet, serviço de espionagem do governo de Israel, passará por investigações em consequência de abusos de autoridade e falsos testemunhos de seus agentes. Desta vez foi anulada a condenação de um militar muçulmano, Izat Naisu, que ia cumprir 18 anos de prisão devido à acusação de ter vendido armas do Exército sionista à OLP. Na verdade, a acusação era uma intriga dos sionistas do Shin Bet contra o militar, que não é judeu. Ele amargou sete anos de prisão...

Quem paga a crise?

O governo francês decidiu aumentar o desconto salarial destinado à Previdência, a partir deste ano. O aumento, de 0,4% do desconto em folha de pagamento, visa arrecadar 21,3 bilhões de francos para financiar o déficit da previdência social. A medida desagradou os sindicatos, pois joga sobre as costas dos trabalhadores o peso da crise econômica.

A bela e a fera

Vários líderes oposicionistas de Cingapura foram presos, dia 30, quando tentavam protestar contra a prisão de 16 outros oposicionistas (prisão ocorrida uma semana antes). O protesto seria diante do palácio do governo. O presidente Lee Kuan Yew, ao lado de patrocinar concursos de "Miss Universo", tem se esmerado em reprimir os que se opõem ao seu governo - inclusive cassando mandato de parlamentares.

Feito histórico

Foi o maior feito da história sindical do Canadá: no dia 1º de junho 300 mil trabalhadores realizaram uma greve de 24 horas na província de Colúmbia Britânica, no Canadá. Tratava-se de um protesto contra um projeto de lei que dificulta a formação de associações de funcionários públicos no país e possibilita "acordos" entre patrões e empregados sem a participação dos sindicatos. O governo ficou surpreendido pelo índice de adesão à greve - a maior do país contara, no ano passado, com 30 mil grevistas, e agora o número pulou para 300 mil!

A verdade dói

A Justiça Militar chilena condenou à prisão o jornalista Felipe Pozo, diretor do jornal oposicionista "Fortim Mapocho". Pozo foi condenado porque publicou um artigo denunciando condições subumanas com que os jovens chilenos prestam o serviço militar obrigatório. O jornalista Gilberto Palácios, autor da matéria, também foi condenado. Quanto às condições subumanas impostas aos recrutas, ficaram intocadas.

Bulgária S.A.

O presidente da Bulgária, Todor Jivkov, chegou domingo à Alemanha Federal para discutir a formação de empresas mistas a partir da associação do Estado búlgaro com burgueses alemães. Jivkov avança, assim, no caminho de restauração do capitalismo ditado pelo seu colega soviético, Mikhail Gorbachev. A Bulgária está facilitando cada vez mais a penetração de multinacionais no país, para que explorem a mão-de-obra local.

Balanco positivo

Os albaneses estão realizando o balanço de dois anos de aplicação do 8º Plano Quinquenal, colocado em prática a partir de 1985, e o saldo é positivo. Nesse meio tempo foi inaugurada a terceira turbina da central hidrelétrica de Koman, a linha de alta-tensão Koman-Elbasan, a linha de produção de detergentes, a industrialização de frutas e de produtos derivados de animais e vegetais.



**Viagem
ao País
das Águias**



**Associação de Amizade Brasil-Albânia
(AABA)**

1ª quinzena de agosto (10 dias na Albânia).

Passagem aérea (financiada): São Paulo-Lisboa-São Paulo - 1.533 dólares.

Trem: Lisboa, Madrid, Barcelona, Nice, Veneza, Belgrado.

Hani i Hotit (Albânia) - 600 dólares.

Informações pelo telefone (011) 255-1861, 2ª e 4ª das 14h00 às 20h00;

3ª, das 12h00 às 18h00; e 5ª e 6ª, das 9h00 às 14h00.

Rua Barão de Itapetininga, 297, sala 53, São Paulo - SP.

CHEFES DA NOVA REPÚBLICA

Maior a altura, maior o tombo



Na posse de Dante, esforço por união sólida

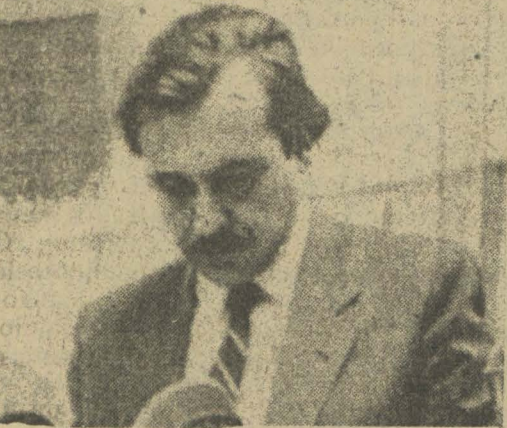
O que divide os progressistas?

Setores progressistas expressivos, de diferentes filiações partidárias, realizaram um comício razoável dia 3 em Cuiabá, reunindo cerca de 3 mil pessoas. O pretexto era a posse de Dante de Oliveira, que se afastou do ministério porque não se submeteu a defender o mandato de 5 anos para Sarney, e que reassumia a prefeitura da capital de Mato Grosso. Mas todos sabiam, com antecedência, que o ato se transformaria numa primeira tentativa mais ousada para alcançar um grau de unidade maior entre as forças de esquerda.

Obteve sucesso. Além dos representantes do PC do B e de deputados do PDT e do PTB, estiveram presentes dezenas de constituintes do PMDB e líderes influentes deste partido, como Mário Covas, Affonso Camargo e até Fernando Henrique Cardoso. Como para lembrar os velhos tempos, a Embratel não liberou canais de satélite para que a TV pudesse mostrar o comício a outros pontos do país.

Mas falta muito para que os progressistas ajam como um autêntico bloco na Constituinte, a exemplo do que fizeram os conservadores na votação dos relatórios das subcomissões, por exemplo. E o que mais dificulta a unidade tem um nome: chama-se **exclusivismo**. Há muita gente em Brasília que ainda não concorda em assinar manifesto se não for o encabeçador, e que não vai a reunião que não seja realizada em seu próprio apartamento ou de alguém de seu grupo. Na semana passada, por exemplo, foi impossível articular um abaixo-assinado conjunto pedindo que a Constituinte estabeleça diretas logo depois de promulgada a Constituição, e isso porque várias correntes fixavam uma data e não abriam mão dela, para não ter de "fechar" com a proposta de outrem.

No momento em que se aproximam fases decisivas dos trabalhos da Constituinte, a continuidade dessas tendências exclusivistas só pode ser classificada como **desastrosa e irresponsável** para todos aqueles que querem transformações no país. Por isso deve haver, a partir das bases, um combate frontal a elas.



João Gilberto, reagindo a direitização

O PMDB, entre votos e cargos

Na reunião em que a executiva do PMDB optou por adiar indefinidamente a convenção em que o partido definiria sua posição sobre o mandato de Sarney e o sistema de governo a ser adotado pela Constituinte, ficou nítida, talvez mais que em qualquer ocasião anterior, a divisão interna do partido. Enquanto o senador Affonso Camargo e o ex-deputado João Gilberto, da ala progressista, defendiam o rompimento com o governo, argumentando que a situação atual traz prejuízos à imagem do partido, os deputados direitistas Roberto Cardoso Alves e Milton Reis argumentavam contra a proposta pois isto acarretaria a perda dos cargos que o PMDB mantém no governo federal. Como se esperava, venceu a posição dos últimos.

Há no PMDB um setor, talvez majoritário e certamente hegemônico, que tem boas razões para se opor a um rompimento com a aliança conservadora em que o partido está envolvido. São os que defendem privilégios pessoais ou de classe, e que querem fazer do partido um sustentáculo desses privilégios. Mas os peemedebistas que engrossaram o partido em outras épocas por verem nele um canal para a luta popular contra o autoritarismo e por um futuro progressista para o país deveriam considerar as palavras do senador Mário Covas ao comentar o comportamento do partido durante a votação dos relatórios das subcomissões temáticas: "Não é possível que recuemos a um ponto aquém do próprio Estatuto da Terra", diz ele. Outro constituinte do PMDB lembrou que na subcomissão dos princípios gerais da ordem econômica membros do partido guiaram-se pelas vozes de Delfim Netto e Roberto Campos.

Sarney e Ulysses, novamente agindo em dupla, "tocam o bumbo" e lideram uma ofensiva conservadora que aparentemente é duradoura e lhes assegura estabilidade. Mas não olham para a crise, que corrói no alicerce o edifício de seus planos.

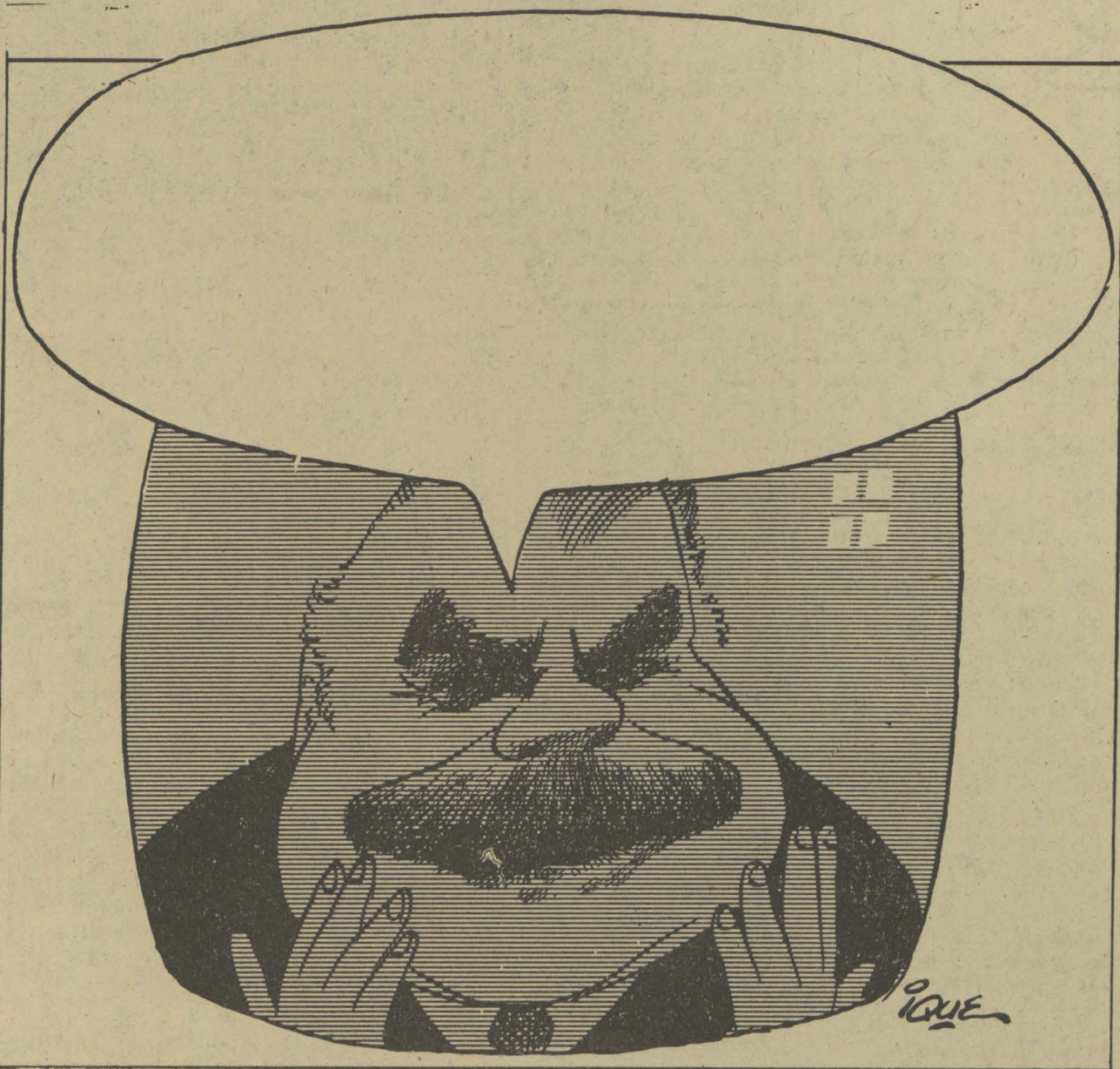


Ilustração: Ique - Jornal do Brasil

Quem acompanha a conjuntura política de forma superficial ou assistemática - quem a segue apenas através dos noticiários da Globo ou de uma rápida leitura diária dos jornais, por exemplo - pode ter chegado à conclusão, no fim da semana que passou, de que as forças conservadoras iniciaram uma ofensiva política de fôlego, e que o presidente Sarney e Ulysses Guimarães, que a lideram, caminham para uma situação de razoável estabilidade, ao contrário do que acontecia até poucas semanas atrás.

Não é sem motivo. Desde que o presidente Sarney foi à televisão para "comunicar" que seu mandato é de 5 anos e ao mesmo tempo reforçar teses há muito defendidas pela direita, como a limitação da soberania da Constituinte, a condenação das greves e o esforço por uma aproximação ainda maior com o capital externo, vários fatos isolados parecem conduzir a esta conclusão.

Sarney já diz que nada deterá a "Norte-Sul"

Alguns deles: 1. Ulysses, que vinha sendo alvo de sistemáticos ataques por parte do grupo peemedebista de direita "Centro Democrático", optou por **somarse a ele**, o que ficou claro no último dia 28, quando atropelou o líder do partido na Constituinte, Mário Covas, e reuniu-se com 16 coordenadores estaduais de bancada do PMDB, todos eles ligados ao "Centro Democrático", para acertar a defesa conjunta de um mandato de 5 anos para Sarney; 2. O PMDB, que reúne sozinho número de votos suficiente para derrotar na Assembleia os 5 anos evitou por duas vezes pronunciar-se sobre o mandato, oferecendo a Sarney tempo precioso; 3. Um número expressivo de governadores peemedebistas, que exercem influência significativa sobre suas bancadas, aderiu aos 5 anos: desde o maranhense Eptácio Cafeteira, atualmente um sarneyista fiel, até o gaúcho Pedro Simon, que defendeu em passado não muito remoto posições progressistas; 4. No plano internacional, o Citibank, maior credor da dívida brasileira, sugeriu ao país um plano classificado como "um prêmio" pela direita: aceita transformar em investimento nas Bolsas de Valores parte do que o país lhe deve; 5. Por volta do dia 2, estes sucessos anteriores parecem ter dado ao presidente a confiança necessária para anunciar a diversos interlocutores que nada deterá a construção da ferrovia norte-sul e partir para decisões de certo impacto popular, como a suspensão por 90 dias dos despejos em

casas alugadas e facilidades para os microempresários atolados em dívidas.

Quem acrescentar mecanicamente a esta lista a vitória ampla que os conservadores já haviam obtido na semana anterior nas subcomissões da Constituinte corre o risco de repetir o mesmo raciocínio que o presidente Sarney esboçou ao dirigir-se ao povo dia 25 de maio: a crise do país tem origem política, e não econômica. Seria bobagem pensar, portanto, que para solucionar-la seja necessário realizar mudanças estruturais na sociedade; bastaria cessar o interminável burburinho que os constituintes, principalmente os progressistas, fazem em torno do mandato do presidente, minando sua autoridade e paralisando a tomada de decisões.

Ou, para usar uma imagem criada pelo governador Newton Cardoso, em política, assim como nas fanfarras do interior, "basta tocar o bumbo que todo mundo se compõe". Como Ulysses e Sarney, os políticos mais poderosos do país, agora estão tocando em ritmo uniforme, aos poucos tudo começaria a se resolver; já não se contestaria tanto os 5 anos de mandato e passaríamos brevemente ao enfrentamento dos problemas econômicos.

Na verdade, o raciocínio do presidente e do governador mineiro só seria mais perfeito se mantivesse algum ponto de contacto, por mínimo que fosse, com a realidade; com aquilo que muitas vezes não se ouve no "Jornal Nacional" mas é possível encontrar, com um pouco de paciência, nas páginas internas dos jornais. Porque elas revelavam, ainda na semana passada, sintomas de que os problemas econômicos são graves, avolumam-se rapidamente e têm força para reduzir à cinzas qualquer plano de governo que não os enfrente **em suas raízes**.

Só de juros o governo gastará Cz\$ 250 bilhões

As dificuldades atingem duramente amplos setores sociais: elas golpeiam em primeiro lugar os **assalariados**, cujos rendimentos, segundo dados do DIEESE, caíram 15,2% nos três primeiros meses de 87 em relação ao último trimestre do ano passado. Mas também não poupam as **micro, pequenas e médias empresas**: os pedidos de concordata vêm subindo vertiginosamente em todo o país. Em S. Paulo, pularam de quatro em janeiro para 25 em fevereiro, 69 em março, 79 em abril e 95 em maio. E os problemas comprometem as **próprias contas oficiais**: o "Jornal do Brasil" divulgou no último dia 2 cálculos do Ministério da Fazenda

da Seplan que indicam a possibilidade de que o déficit público atinja Cz\$ 500 bilhões este ano, bem acima dos patamares já elevados do ano passado; e demonstram que, vítima da ciranda financeira que ele próprio ressuscitou, o governo terá de pagar Cz\$ 250 bilhões de juros este ano, quantia equivalente à que gasta com todo o funcionalismo.

Alianças com quem se aferra aos privilégios

Portanto, tudo indica que as vitórias conquistadas por Sarney e Ulysses são limitadas e precárias; e que o apoio político que eles obtiveram temporariamente, a custo de bilhões de cruzados oferecidos aos governadores e de milhares de cargos leiloados entre os constituintes de direita, não se manterá por longo prazo.

E pior: ao optarem ainda mais claramente por procurar sustentação entre os setores conservadores da sociedade, entre aqueles que acumulam e se afeiram a privilégios mantidos ao longo de várias décadas, eles podem ter abandonado as últimas oportunidades de que ainda dispunham para empreender medidas capazes de enfrentar os problemas que se complicam e de lhes garantir sustentação popular duradoura.

É precisamente este o sentido que se pode extrair de várias sondagens de opinião pública realizadas nos últimos dias: entre 1.000 eleitores ouvidos pela "Folha de S. Paulo" em 10 capitais entre 27 e 30 de maio, 54% consideram o governo Sarney ruim ou péssimo (37% péssimo e 17% ruim), contra apenas 7% que o julgam bom e 2% que crêem que é ótimo. Ulysses não está em melhor situação: quando o "Jornal do Brasil" ouviu, na semana anterior, 1.000 paulistas e cariocas para aferir a popularidade de cada candidato à Presidência, ele não passou de modestos 5%, atrás de Leonel Brizola, Mário Covas, Paulo Maluf, Dilson Funaro e Aureliano Chaves. Sintomaticamente, a pesquisa revela que se as eleições fossem realizadas hoje, em dois turnos, o vencedor seria Covas, que vem sustentando há tempo posições democráticas.

Sarney e Ulysses fariam bem se ao invés de se iludirem com interpretações rasteiras sobre a realidade do país consultassem algumas máximas da tradição popular que guardam fundo de verdade. Uma delas, conhecida em várias regiões do país, adverte: "Quanto maior a altura, maior o tombo".

(Antônio Martins)

Centro de Documentação e Informação
Fundação Maurício Grabois



Covas: prestígio ao caminhar para a esquerda

Onde fica Mário Covas?

No último dia 2 o jornalista Carlos Chagas, um dos mais sagazes e influentes do campo conservador, dedicou a maior parte da coluna diária que assina em dezenas de jornais por todo o país para tratar da situação do senador Mário Covas, que vem desistindo da maior parte dos líderes nacionais do PMDB, ao se identificar com posições democráticas.

É preciso impedir que Covas aproxime-se definitivamente da esquerda, adverte Chagas, lembrando, não sem razão, que o atual líder do PMDB na Constituinte defendeu em outras ocasiões posturas mais moderadas, e que talvez tenha sido forçado a caminhar para a posição em que se encontra por ter sido hostilizado pela direita. "Sem espaço para recuar, ele vem fugindo para frente", observa o articulista.

Insistindo na necessidade de conciliação, Chagas até sugere um espaço que poderia ser reservado a Covas no esquema de forças do Planalto: ele tentaria dar à atual Constituição um caráter não tão conservador, transformando-se assim em líder do que seria uma espécie de ala esquerda do governo Sarney.

Tudo esse raciocínio, entretanto, desconsidera um aspecto importante: foi precisamente por adotar postura independente e identificada com as aspirações populares, que o senador paulista alcançou em prazo recorde a posição de destaque em que se encontra: de um homem com atuação discreta até a primeira fase da Constituinte, ele transformou-se em pouco tempo numa figura de destaque na vida nacional e que goza de crescente simpatia nas correntes progressistas. Trocará agora uma situação que é confortável e que abre amplas perspectivas de desenvolvimento por uma vaga, ainda que privilegiada, no embalado esquema presidencial?



Coutinho: de ilusão também se vive

As doces ilusões do Sr. Coutinho

Não se pode dizer que o economista Luciano Coutinho seja de direita. Ele percorreu uma longa trajetória de oposição à política econômica dos militares, e atualmente, como secretário-geral do Ministério da Ciência e Tecnologia, tem defendido quase sempre posições nacionalistas, em relação à reserva de mercado para a informática.

Mas a falta de decisão para adotar posturas corajosas nos momentos de crise, característica não só dele mas de outros economistas famosos do PMDB, acabou por conduzi-lo, no último dia 27, a dar declarações absolutamente indefensáveis.

Talvez um tanto eufórico com o anúncio, feito na véspera, de que o saldo da balança comercial brasileira atingiu em abril 520 bilhões de dólares, depois de meses em patamares bem inferiores, Coutinho previu para breve um futuro cor-de-rosa para os brasileiros. Já a partir do segundo semestre, sustenta ele - e com a continuidade da atual política econômica - cairão as taxas de juros e a inflação, justamente por causa da obtenção de saldos comerciais elevados.

Nada poderia estar mais distante da realidade. Como demonstrou o professor Dércio Garcia Munhoz há algumas semanas, os juros estão altos porque o governo os elevou artificialmente, num grande esforço para reduzir o consumo interno e gerar excedentes para exportação. Ou seja, os juros estão altos porque o país exporta cada vez mais.

A inflação, por sua vez, além de ser empurrada pelos juros, ganha um impulso ainda maior com o aumento do saldo comercial. Porque na situação atual da economia brasileira cada dólar de superávit comercial que o Brasil obtém é transformado pelo Banco Central em cruzados para remunerar os exportadores. Quanto maior o superávit, maior a emissão descontrolada de cruzados, e conseqüentemente a inflação.

DÍVIDA EXTERNA

A quem interessa a conversão?

O Ministério da Fazenda deyerá incluir no seu programa econômico novas normas para facilitar a conversão de uma parte da dívida externa brasileira em investimento direto. O mecanismo, do agrado dos credores, vem sendo apresentado como uma forma inteligente de enfrentar o problema do endividamento.

Através da chamada conversão, os banqueiros ou quem quer que possua títulos da dívida poderá trocá-los pelo valor equivalente em cruzados para investir internamente na compra de ações, aquisições de empresas, implantação de indústrias, etc.

Não é um processo novo. No Brasil, durante os últimos quatro anos, cerca de 2 bilhões de dólares em créditos externos foram transformados em investimentos diretos. No entanto, atualmente a conversão (regulamentada pela Carta Circular nº 1.125 do Banco Central) só é permitida aos bancos detentores de créditos, sendo proibida a terceiros (outras empresas que venham a comprar títulos da dívida no exterior). Os representantes do capital estrangeiro querem acabar com tal restrição.

SÓ DESVANTAGENS

É comum ouvir de diferentes segmentos da burguesia que o investimento direto na produção é preferível, ou menos pernicioso, que a concessão de empréstimos. A verdade, porém, é que a chamada conversão só traz desvantagens ao país e só beneficia o capital estrangeiro.

A conseqüência mais funesta é o aprofundamento da desnacionalização da economia brasileira. Converter empréstimos em investimentos significa precisamente conceder aos capitalistas estrangeiros recursos para aplicar na compra de ações ou de empresas nacionais, como aliás já vem ocorrendo, em detrimento das empresas brasileiras; particularmente das estatais.

COMISSÕES DA CONSTITUINTE

Preparativos para o confronto

No próximo dia 15, quando os relatores das 8 comissões temáticas da Constituinte entregarem ao presidente da Comissão de Sistematização os seus relatórios finais estará encerrada mais uma etapa importante dos trabalhos da Assembléia: a partir de então, eventuais modificações só poderão ser feitas ou pela Comissão de Sistematização ou pelo conjunto dos parlamentares, na fase final de votação em plenário.

Talvez por isso mesmo, as atenções dos que se preocupam com a Constituinte estiveram voltadas, na semana passada, para os preparativos que antecedem a elaboração desses relatórios. Eles obedecem a um cronograma predeterminado: até o dia 10 cada relator apresenta à sua comissão um parecer inicial; e entre 12 e 14 estes pareceres são votados pelos deputados.

Confirmado a tendência que já se esboça há várias semanas na Assembléia, tem se acentuado a polarização entre progressistas e conservadores. De um lado, a esquerda procura reunir forças para reverter a tendência retrógrada da maior parte dos relatórios aprovados há duas semanas nas subcomissões. De outro, alguns representantes da direita parecem ainda insatisfeitos com o grau de reacionarismo já atingido, e pretendem derrubar o que sobrou de avançado depois que o rolo compressor da direita passou sobre a Constituinte.

É o que se passa, por exemplo, na Comissão do Sistema Tributário, Orçamento e Finanças. Uma chuva de ataques despencou sobre as propostas levadas a esta comissão pelo deputado Fernando Gasparian (PMDB-SP), relator da subcomissão do sistema financeiro. Os conservadores não perdoam o fato de a subcomissão ter aprovado propostas como as restrições aos bancos estrangeiros e a extinção do Conselho Monetário Nacional (CMN), um colegiado composto quase exclusivamente por industriais, banqueiros e latifundiários. Significativa, a esse respeito, é a nota divulgada no último dia 1º pela Federação Brasileira de Bancos - Febraban. A entidade, embora reconheça que o CMN exerce funções típicas do Poder Legislativo, coloca-se frontalmente contra seu fim, sugerindo que o Congresso não tem competência para decidir sobre determinadas questões econômicas.

O mais lamentável é que o relator da Comissão, deputado José Serra (PMDB-SP), está fazendo coro com este tipo de opinião, o que motivou um comentário cáustico de Gasparian. "O Serra optou por ser ministro, e agora fará tudo para agradar a comunidade financeira internacional".

Outra pérola de direitismo foi a declaração do ex-malufista Prisco

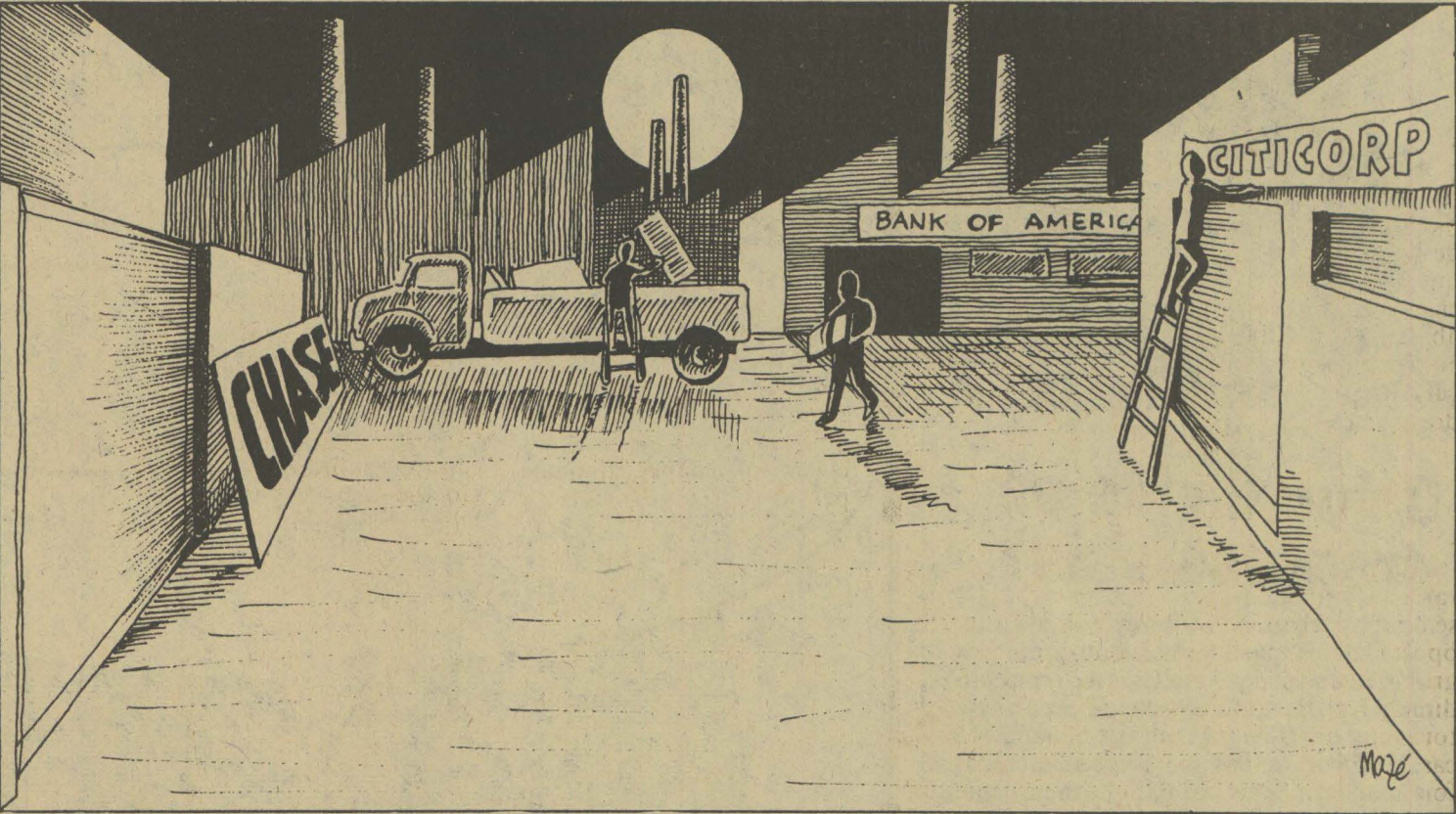
Em outros países, este processo, liberalizado, mostra-se mais evidente. No Chile, cerca de 20% da dívida externa foi transformada em investimentos diretos. Os monopólios estrangeiros, hoje, são donos de hidrelétricas e até terras foram trocadas pelos débitos. No México, recentemente foi constituído um poderoso consórcio industrial (o Omega), com capital convertido - de 1,5 bilhão de dólares, sendo que entre os 15 membros da direção da empresa nove são funcionários da Chase Manhattan Bank.

AUMENTA O DÉFICIT

Embora se fale em investimentos, nenhum novo aporte de capital será realizado pelos credores. O que está em cogitação é apenas a mudança de forma de inversões já realizadas pelo capital financeiro internacional, a conversão de débitos em cruzados do Banco Central. Uma operação que só é viável por meio da emissão de dinheiro (ou venda de títulos do governo), agravando o já dramático déficit público.

Resguardadas as diferenças, seria como se o governo decidisse aumentar seus próprios investimentos na economia. Se dispor de recursos (oriundos dos impostos), ele teria de recorrer à emissão ou ao endividamento, elevando as taxas de juros e acelerando ainda mais a inflação.

"Uma súbita conversão do total da dívida causaria um caos econômico inimaginável, pela emissão de cruzados equivalentes a 50% do Produto Interno Bruto", sustenta o vice-presidente da



Associação Nacional dos Bancos de Investimentos, Roberto Bastos.

OUTRAS ARMADILHAS

Argumenta-se, a favor da conversão da dívida, que através dela seria possível reduzir a transferência de riquezas do país ao exterior, uma vez que o total (ou o estoque) do endividamento cairia, diminuindo conseqüentemente o volume de recursos necessários ao pagamento dos juros.

Ora, o capital estrangeiro não se apropria de riqueza alheia em função da forma em que é empregado, é espoliador por natureza, isto é, por ser capital. Investido diretamente na produção, ele poderá retornar à matriz na forma de lucros ao invés de ser enviado como juros.

Como se sabe, a lei de remessa de lucros no Brasil, depois das mudanças introduzidas pelos militares, permite a transferência de recursos anuais equivalentes a 12% do capital aplicado, mais do que o rendimento proporcionado atualmente pelos juros. A conversão pode, portando, mudar a forma, mas a relação de espoliação do país, estabelecida pelo capital estrangeiro, permanece ou até mesmo se agrava.

LUCROS FÁCEIS

Não se pode esquecer o perigo de que a evasão de divisas seja estimulada. Os títulos da dívida são negociados no exterior com deságio, ou seja, por um preço abaixo do que aparentemente vale - no caso brasileiro, os débitos são vendidos com um deságio de 30 a 35%. Assim, uma dívida de 1 bilhão de dólares pode ser

adquirida até por 650 milhões de dólares. Para multinacionais ou mesmo empresas brasileiras interessadas em investir na economia do país, se lhes for concedida a oportunidade de converter os débitos em cruzados, torna-se um excelente negócio desviar recursos ao exterior para comprar títulos a 65% e em seguida convertê-lo, junto ao Banco Central, por 100% do seu valor.

"Ninguém converte dívida para perder dinheiro", ensina o banqueiro Roberto Bastos. Com efeito, antes de interessar à nação o mecanismo interessa sobretudo aos credores estrangeiros. Não é à toa, portanto, que o Citicorp anunciou sua intenção de converter 500 milhões de dólares de sua dívida com o Brasil em investimento direto.

(Umberto Martins)

INCRA-MA

Um órgão a serviço das forças reacionárias

O governo federal caracteriza-se hoje "pela total cedência aos grupos mais retrógrados da sociedade que se colocam contra a reforma agrária". Este foi o principal motivo apresentado pelo ex-chefe da Divisão de Recursos Fundiários do Incra do Meio-Norte - SR(12) do Maranhão, Marcos Alexandre Kowarick, para se demitir do cargo na semana passada.

"Ao assumir a função", diz Kowarick, "o fiz com o intuito de colaborar para a imediata execução do Plano Regional de Reforma Agrária, embora o mesmo já se apresentasse limitado e enfrentasse dificuldades políticas e econômicas para a sua implantação.

CEDÊNCIAS

Em carta que enviou à Superintendência Regional do Incra, ele assegura: "Hoje, os obstáculos contra a execução do PNRA apresentam-se bem maiores não só por causa da resistência da UDR, dos grandes grupos econômicos multinacionais e dos setores retrógrados de nossa sociedade, mas, principalmente, pela total cedência às pressões destes grupos por parte do governo federal, que acaba por colocar-se contra os trabalhadores rurais e o povo brasileiro".

Afirma, ainda, que "no Maranhão esta situação é agravada com a permanência à frente da Superintendência do Incra do sr. Francisco de Assis Souza, indicado por seu irmão, o vice-governador João Alberto. Isto significa que estão representados no

órgão os interesses dos grandes grupos de latifundiários pernambucanos (parasitários da Sudene), capitaneados pelo grupo Romero da Costa Albuquerque Maranhão, os interesses das firmas multinacionais latifundiárias como a Sanbra e a Merck do Brasil e ainda os interesses dos administradores dos grandes grilos maranhenses, representados pelos dirigentes do extinto Getat. Formam um verdadeiro 'lobby' da contra-reforma agrária no Maranhão".

Kowarick argumenta que "apesar do enorme esforço realizado por parte dos setores interessados na realização da reforma agrária, tendo que enfrentar a burocracia e os interesses escusos dentro do Incra, conseguiu-se no período do 2º semestre 85/86 atingir apenas 60% (253.800 ha) da meta de desapropriações, e sequer um assentamento foi realizado frente à meta de 12.500 famílias. As metas para 1987 prevêm pelo menos 770 mil ha, para o assentamento de no mínimo 12.700 famílias. Metas inatingíveis, frente à posição do governo federal e à situação do Incra-MA".

"Consequentemente", conclui, "a administração do Incra-MA torna-se contraditória com os objetivos anunciados inicialmente pelo governo federal de fazer uma administração democrática e transparente. Ao contrário, prevalece o arbítrio e começa a transparecer a corrupção". A demissão, disse, "é, nessas condições, a melhor forma de continuar lutando por uma efetiva reforma agrária".

Repúdio à corrupção

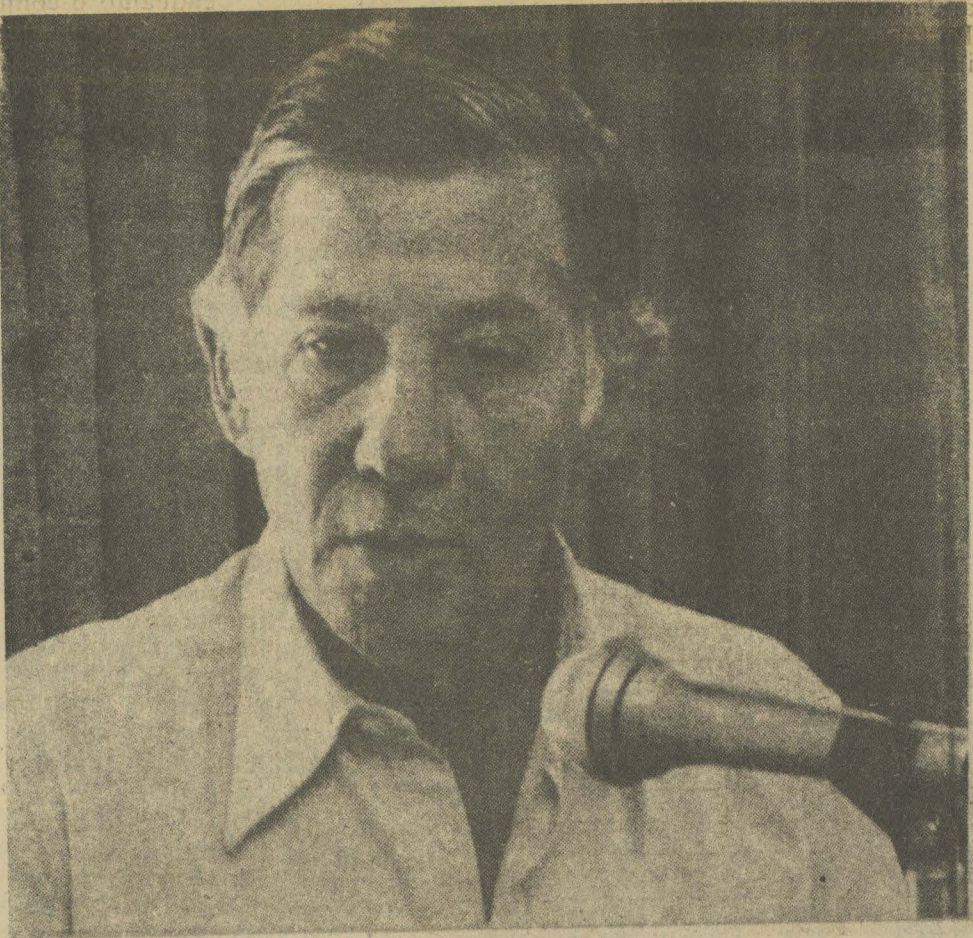
A carta renúncia do chefe da Divisão Fundiária do Incra-MA teve grande repercussão nos meios políticos e populares do Estado. Na Assembléia Legislativa, os parlamentares do PMDB exigiram do presidente José Sarney a imediata apuração das denúncias. O deputado José Carlos Sabóia, do PMDB, pediu "prontas medidas para apurar as graves denúncias".

O superintendente do Incra na região, por sua vez, tratou de acusar o demissionário de comunista e atacou o secretário de Agricultura do Estado, Benedito Pires, que endossou as denúncias feitas por Kowarick opondo-se ao que chamou de "imobilismo, corrupção, nepotismo e clientelismo que grassam como uma praga na Superintendência Regional do Incra".

A Federação dos Trabalhadores Rurais do Maranhão (Fetaema) também solidarizou-se com Kowarick, pois segundo seus diretores "ele deu uma demonstração de um comportamento sensível com as causas dos trabalhadores rurais".

O representante da CPT, padre Jean Zuffellato, afirmou concordar "com a decisão de Kowarick, com as denúncias, sobretudo aquelas relacionadas à Sudene como um órgão parasitário, onde os maiores grileiros do Maranhão aproveitam-se, tendo seus grandes projetos aprovados". Os representantes da direita, capitaneados pela UDR, evidentemente não gostam. O caso já está há uma semana nas manchetes dos jornais.

Centro de Documentação e Memória Fundação Maunício Grabois



Severo Gomes, em busca de um relatório que preserve os interesses nacionais

Vianna (PMDB-BA), relator da Comissão de Organização Eleitoral e Garantias das Instituições. Ele afirmou que não pretende aceitar qualquer mudança nas normas que atualmente definem a participação política dos militares. Se os membros da Comissão acatarem essa posição, o país correrá o risco de ver mantidos na nova Carta os princípios que praticamente legalizam os golpes militares.

Felizmente, houve entre os relatores quem procurasse contribuir para a elaboração de uma Carta mais progressista. O constituinte Egydio Ferreira Lima (PMDB-PE), relator da Comissão de Organização dos Poderes e Sistema de Governo, por exemplo, além de criticar o presidencialismo, por ter contribuído para impedir a consolidação dos partidos políticos, atacou também qualquer forma de parlamentarismo em que os ministros militares não estejam sujeitos ao voto de desconfiança do Congresso. E o constituinte Severo Gomes (PMDB-SP) relator da Comissão da Ordem Econômica, declarou-se preocupado em definir melhor o conceito de empresa nacional, já que o que se aprovou na fase inicial dos trabalhos da Assembléia permite que qualquer multi seja considerada "nacional".

Armada a arena, posicionados os adversários, resta saber qual será desta vez o comportamento da torcida; se um



Gasparian: Atacado pelos conservadores

eventual comparecimento popular massivo nos dias de votação poderá contribuir para reverter o primeiro resultado desfavorável ou se teremos a confirmação dos melancólicos espetáculos das votações nas subcomissões.

LIÇÕES DA LUTA OPERÁRIA

Retrocesso ilegítimo

A Constituinte foi eleita para mudar as instituições brasileiras. A convocação deste instrumento não pode ser em momento algum desligada do poderoso movimento de massas, que levou milhões de pessoas às praças públicas, pelas diretas já. Diretas já queria dizer abaixo a ditadura, fora o regime militar, fora com o entreguismo, fora com as leis de exceção, fora com a tortura e com a prepotência dos generais.

TENDÊNCIA ILEGÍTIMA

A fidelidade a estas bandeiras é que asseguraria a legitimidade da Constituinte. Mas o que se observa no momento atual é uma tendência oposta a isto. Pela pressão do governo, dos grupos econômicos, das Forças Armadas e da direita, a Constituinte, neste primeiro embate, tomou o rumo de manter as orientações básicas da Carta de 1967, herdada da ditadura. Se for vitorioso este caminho, prepara-se um retrocesso constitucional, que é absolutamente ilegítimo.

Com este comportamento, as forças dominantes na Constituinte ameaçam aprovar uma nova Constituição que afronte o sentimento maior da nação e, por isto mesmo, morta no nascedouro. Para se ter uma idéia, os relatórios até o momento aprovados, não mexem uma palha no sentido da reforma agrária, agridem o monopólio estatal do petróleo, impedem na prática a organização legal dos partidos políticos, mantêm o Estado de Emergência apenas maquiado com o nome de Estado de Defesa. Ou seja, violam compromissos elementares consagrados em praça pública em todos os movimentos democráticos, inclusive nas últimas eleições

VIRADA URGENTE

Restaurar o curso da Constituinte no sentido das mudanças tornou-se portanto tarefa de primeira ordem. Evidentemente que tal retificação não será possível se ficar restrita aos limites do parlamento. Mesmo que as forças progressistas consigam formas mais eficazes de articulação, não terão condições para colocar um freio no rolo compressor desencadeado pela reação. Urge que todos os democratas, o povo, as entidades de massas, levanten o brado de protesto e exijam nas ruas, nas empresas, em abaixo-assinados e em caravanas a Brasília, uma Constituição de mudanças. O Brasil quer a democracia e o progresso, os deputados e senadores constituintes não podem virar as costas a este clamor.

Resta entretanto um problema já crônico no movimento popular e democrático. Cada partido, cada organização, tem como referência, em geral, os seus próprios projetos, a sua própria sigla, acima dos anseios da maioria do povo. Em torno da denúncia da direita na Constituinte é preciso que se procure restaurar a unidade e encontrar uma linguagem comum.

EXEMPLO DAS DIRETAS

O movimento das diretas já, mais uma vez, serve de exemplo. Em torno desta palavra de ordem simples, que passou a resumir as principais aspirações democráticas, foi possível juntar forças que até então jamais tinham se disposto a subir num palanque juntas, a dar as mãos e, deixando de lado os problemas menores, ajudar a pôr fim à ditadura.

Impõe-se uma nova jornada com este caráter amplo e combativo. E com a máxima urgência. Um movimento deste tipo é que pode forçar o rompimento da aliança que se forjou na Constituinte, das correntes de centro com a direita. E criar uma nova correlação, onde o espírito democrático prevaleça e onde as mudanças reclamadas pela nação sejam consagradas de fato na Carta Magna. Sem isto pode-se prever, num futuro muito breve, uma crise nacional de grandes proporções.

(Rogério Lustosa)

DE OLHO NO LANCE

Ferrovia 4 estrelas

Aos poucos vão aparecendo os motivos reais de tanto acodamento do governo na construção da Ferrovia Norte-Sul. O ministro do Planejamento, Aníbal Teixeira, revelou recentemente que um dos objetivos do projeto é eliminar as tensões sociais na região do Bico do Papagaio, no norte de Goiás. As Forças Armadas consideram esta região como a mais vulnerável à explosão de choques sociais violentos. Como se recorda, na área do Araguaia, durante três anos, entre 1972 e 75, desenvolveu-se uma resistência armada contra a ditadura que enfrentou vitoriosamente duas campanhas militares.

Em outras palavras, trata-se de uma ferrovia contra o povo, contra a possibilidade das massas se levantarem contra a opressão. As razões maiores de sua construção não são as prometidas facilidades para o escoamento de produtos agrícolas como candidamente o ministro Íris Rezende anunciou em rede nacional de televisão. Mais uma vez são os generais que decidem e, por razões estratégicas militares, impõem gastos absurdos numa situação em que se fala cinicamente em conter as despesas, cancelar o gatilho para os funcionários públicos e outras medidas de arrocho contra os trabalhadores, do lado de aumento dos impostos.

A Dialética do Capitulacionismo

Tudo que é sólido desmancha no ar. Essa frase, extraída do Manifesto Comunista, de Marx e Engels, serve de título para um livro que figura nos primeiros lugares das listas de mais vendidos há vários meses. Ela sintetiza a opinião do autor, o escritor norte-americano Marshall Berman sobre a modernidade e o modernismo: nada há de permanente, definitivo, na vora-gem da vida contemporânea - e mesmo os projetos revolucionários de derrubada do capitalismo e construção de uma ordem social superior está, segundo ele, condenada a essa danação volátil.

Hoje, passados vinte anos da famosa década de 60, aqueles jovens, homens e mulheres, estão na faixa dos quarenta, e muitos fazem o balanço daquele período, principalmente os que tiveram alguma forma de engajamento político mais definido. Sob certo aspecto, isso explica o livro de Marshall Berman e o sucesso que ele fez em nosso país. Berman foi um ativo militante da chamada Nova Esquerda Americana. Agora, é professor de política no City College da Universidade de Nova Iorque. Seu livro pretende ser o balanço da modernidade, fenômeno que ele acredita já durar cinco séculos - tempo que coincide com a história da ascensão do capitalismo como modo de produção hegemônico. "Ser moderno", define ele, "é encontrar-se em um ambiente que promete aventura, poder, alegria, crescimento, auto-transformação e transformação das coisas em redor-mas ao mesmo tempo ameaça destruir tudo o que temos, tudo o que sabemos, tudo o que somos". O título do livro, extraído de uma passagem do Manifesto Comunista, de Marx e Engels, busca um duvidoso apoio em Marx. "Ser moderno", diz Berman, "é fazer parte de um universo no qual, como disse Marx, 'tudo que é sólido desmancha no ar'".

DISTORÇÃO DO MARXISMO

Essa aproximação com Marx, que dá charme especial ao livro, é na verdade uma distorção que fundamenta o capitulacionismo e serve de consolo aos que buscam no livro argumentos para justificar o abandono da luta. Muitos têm encarado o texto de Berman como um livro progressista, e há até quem chegue a considerá-lo um livro "marxista". Mas, de fato, ele faz parte daquela categoria de obras tipo Rumo à Estação Finlândia, de Edmund Wilson, de bom acabamento literário, de leitura agradável, mas que fazem uma crítica refinada do marxismo e da revolução. A começar por sua própria idéia de modernidade, que é absolutamente a-histórica, cujo único critério de moderno é o cronológico: é moderno aquilo que veio por último, uma definição circular, que remete sempre a seus próprios termos.

Herdeiro do pensamento de Marcuse, Berman não reconhece as raízes de classe dos pensadores e das ideologias - vê apenas o homem comum, fundamentando o individualismo nos destroços que sobram das lutas políticas dos anos 60. Esse critério é uma vala comum que permite homogeneizar pensadores tão diferentes como Marx e Nietzsche, que compartilham, diz Berman, "a mesma tentativa de expressar e agarrar um mundo onde tudo está impregnado de seu contrário". Dizer isso é não reconhecer a profunda diferença de atitude entre os dois autores. Ambos foram críticos do capitalismo e da alienação que o acompanha, mas Marx foi o teórico da revolução proletária, o dirigente da classe operária na luta pelo fim do capitalismo, enquanto Nietzsche foi um crítico de direita, reacionário, precursor do nazismo e pregador de um individualismo exacerbado e amoroso. Essa diferença entre ambos é fundamental e inconciliável, condicionada pelo compromisso de classe que suas obras representam.

Berman baseia sua análise da modernidade numa avaliação crítica particularmente saborosa da literatura e das artes. Seu capítulo sobre o Fausto de Goethe - o poema da luta da burguesia para construir o mundo à sua imagem e semelhança - é antológico e esclarecedor, fornecendo uma linha de raciocínio que atravessa o desenvolvimento dos últimos duzentos anos - Baudelaire, o romance russo do século passado e dos últimos anos do czarismo, a modelação de Nova Iorque por Robert Moses, as discussões e experiências intelectuais e artísticas das décadas de 60 e 70.

MODERNISMO = PENSAMENTO BURGUESES

Contudo, o ponto mais problemático, encontra-se nas páginas finais do capítulo sobre o Fausto e no capítulo sobre Marx, onde Berman põe de pé suas idéias políticas básicas. Primeiro, ele monta uma equação cuja primeira parte pretende mostrar que o modernismo é igual a pensamento burguês: "modernismo e burguesia têm em comum mais coisas de que modernistas e burgueses gostariam de admitir", diz Berman (pág. 89). A outra parte surge quando ele afirma que o "Manifesto é a primeira grande obra de arte modernista" (pág. 101). Portanto, se modernismo é igual a pensamento burguês, e se o Manifesto é uma obra modernista, a distorção sugerida é a redução do marxismo a uma variante do pensamento burguês.

Assim, Marx é despolitizado, transformado num mero literato e crítico do capitalismo a nível das

idéias e da teoria. Ele é "salvo" para a teoria e a prática, um aspecto essencial, sem a qual o marxismo é transformado numa caricatura do pensamento de seus fundadores, é jogada fora: Berman descarta como imprestável a idéia da Revolução.

A NEGAÇÃO DO COMUNISMO

Ridiculariza como visionários e "pseudo-faustos" os dirigentes bolcheviques que, nos anos 20 e 30, dirigiram a construção de um Estado operário de tipo novo e mais avançado, e deplora a influência de seu exemplo nos países do Terceiro Mundo. E pergunta: "ainda que os trabalhadores de fato construam um bem-sucedido movimento comunista e ainda que esse movimento gere uma bem sucedida revolução, de que maneira, em meio às vagas impetuosas da vida moderna, poderão eles erguer uma sólida sociedade comunista?". O que poderá impedir que as forças sociais que derretam o capitalismo, derretam igualmente o comunismo?" (pág. 102). Isto é, que garantias se pode ter de que uma revolução vá realmente mudar as coisas se tudo muda de forma tão constante e sem rumo?

Essa pergunta é possível porque Berman só vê cultura, vida, pensamento, iniciativa política, do lado da burguesia e seus aliados. Sua recusa em reconhecer a luta de classes impede a percepção de que, nessa voragem atordoante que é a vida moderna, há algo de duradouro e mais permanente: a organização, a solidariedade, o companheirismo, a consciência de classe, que os operários vão lentamente, por meios muitas vezes contraditórios, construindo, a partir da necessidade de enfrentar a exploração capitalista, a ignorância e a alienação que lhe são impostas. Ela não decorre da vontade dos operários, mas da necessidade de construir formas alternativas e coletivas para contrapor ao

capitalismo. Mesmo nas condições atuais, há um lado enorme de permanência de indissolubilidade na vida dos operários, determinado pelas exigências da produção, pela disciplina requerida pela grande produção industrial ou agrícola. E esse convívio diário, o compartilhar problemas comuns, criam os laços evidentes a olho nu, mas que Berman se recusa a considerar, e que fundamentam a esperança de que os trabalhadores poderão construir um mundo mais sólido.

O TEMOR DA REVOLUÇÃO

Berman não acredita nisso: "por que razão", pergunta ele, "as formas comunitárias produzidas pela indústria capitalista seriam mais sólidas do que qualquer outro produto capitalista? Não seria o caso de essas coletividades se revelarem, como tudo o mais, apenas temporárias, provisórias condenadas à obsolescência?" (pág. 102).

Na verdade, ele teme a Revolução: "ainda que um comunismo triunfante possa jorrar das comportas abertas pela livre troca, quem sabe que ameaçadores impulsos jorrarão, ao mesmo tempo, despertados pelo comunismo ou latentes em seu bojo?" (pág. 111). Por isso, Berman não se acanha em fazer o elogio da sociedade burguesa: "Essa sociedade é levada, graças a seu princípio de livre troca, a se abrir de uma grande margem de liberdade em seu trabalho - para ler, escrever, falar, organizar-se, fazer propaganda, promover greves, eleger". (pág. 110). A sociedade burguesa é, então, preferível à comunista, sugere ele: seus males e defeitos já são familiares, enquanto o comunismo de Marx aponta a "direção de imensos espaços humanos desconhecidos, sem qualquer limite" (pág. 111).

O mundo moderno transmite a impressão de instabilidade e mudança rápida e superficial, e isso deve-se, fundamentalmente, ao caráter de mercadoria que tudo assume sob o capita-

lismo: não só produtos mas todos os aspectos da vida humana, o pensamento, a arte, os sentimentos, tudo subordina-se a esse poder que, como disse Caetano Veloso, "ergue e destrói coisas belas" - o dinheiro. A princípio, todos concorrem contra todos no mercado capitalista - desde os trabalhadores, que vendem a sua capacidade de produzir, até os grandes monopólios industriais, que tiram seus superlucros do consumo de produtos cuja vida útil é cada vez mais curta. "Nós queremos que as coisas sejam voláteis", afirmou recentemente Steve Bangleish, dirigente do Barclays Bank, a respeito da instabilidade das moedas nos países ricos. "É assim que ganhamos dinheiro. Nós prosperamos quando as coisas são voláteis", completou.

A MERCADORIA FORÇA DE TRABALHO

Há uma mercadoria, contudo, que dadas suas características especiais, não pode se submeter de forma ilimitada ao poder dissolvente do dinheiro. Trata-se da força de trabalho, e os limites para sua exploração são dados pela necessidade de reposição e reprodução dos trabalhadores e de suas energias físicas e espirituais. Além disso, essa mercadoria peculiar só consegue contrapor-se à ganância capitalista quando seus proprietários, os trabalhadores, se unem coesos, e enfrentam as investidas patronais. É essa necessidade básica, vital, de sobrevivência dos trabalhadores, que solda essa poderosa liga que não se desmancha tão facilmente. É a necessidade de superar o caráter de mercadoria que a faculdade humana de produzir os bens necessários à vida assume sob o capitalismo que poderá levar os trabalhadores a demolirem a cidadela capitalista e construir formas de vida mais sólidas e estáveis.

O argumento de Marshall Berman - a idéia da provisoriidade das obras humanas - não é, nessas condições, estranho ao marxismo. Há, entretanto, uma diferença infinita entre a idéia marxista de que tudo é provisório, passageiro, perecível e a indigência antidialética e simplista como Berman encara a questão. Engels escreveu, em Ludwig Feuerbach e o fim da filosofia Alemã, que "a dialética acaba com todas as idéias de uma verdade absoluta, definitiva e de estados absolutos da humanidade". Ante esta filosofia não existe nada definitivo, absoluto, consagrado; ela põe em relevo o caráter perecível de todas as coisas e só deixa de pé o processo ininterrupto do devenir e do perecer, num ascenso sem fim do inferior ao superior". Essa frase não tem a contundência do "tudo que é sólido desmancha no ar", do Manifesto, mas tem a força da experiência adquirida nas décadas de lutas e estudos que medeiam ambas, e ela aponta a riqueza, a complexidade, a multiplicidade, a contraditoriedade, do desenvolvimento que só a dialética materialista consegue captar: o desenvolvimento caminha do inferior para o superior e as novas etapas alcançadas estavam contidas na anterior. Para o novo emergir, o velho teve que cumprir seu ciclo, amadurecer suas contradições, até perecer e ser superado. Em seu lugar instala-se uma nova síntese que incorpora muitos traços daquilo que foi superado, enriquecido por novas determinações. Visto dessa forma, nada simplesmente desmancha no ar, mas amadurece e perece, como elos na infinita cadeia do progresso humano.

(José Carlos Ruy)

METALÚRGICOS-SP

Suspeitas contra a Chapa 3

A uma semana das eleições no Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo, a postura da Chapa 3 tem sido, no mínimo, suspeita. Ela, que se rotula a "única de oposição", simplesmente não combate a Chapa 1, que representa o imobilismo e o atraso nesta disputa eleitoral. O seu ataque principal é à Chapa 2, a articulação das comissões de fábricas. Esta conduta tem gerado comentários do tipo: "A Chapa 3 faz o jogo da pelegada".

Falta união na própria chapa

Entretanto, o setor majoritário na Chapa 3, o intitulado Mosmsp (Movimento de Oposição Sindical Metalúrgica), não é muito afeito às táticas mais flexíveis, amplas. Sua tradição é de um míope sectarismo, como reconhecem seus companheiros de chapa identificado com a Alternativa Sindical. Um dia após a convenção que aprovou a Chapa 3, este setor distribuiu um documento na base demarcando os campos. Nele, dizia: "Discordamos profundamente da política sindical estreita que predomina no Mosmsp". E, quanto ao encabeçador da chapa eleito na convenção, Carluccio Castanha, afirmava: "Ele representa exatamente as áreas mais sectárias".

Pedro Pereira Nascimento, o conhecido Pereirinha, conhece bem a postura sectária do Mosmsp. Durante vários anos ele foi um dos principais organizadores deste movimento, participando de sua coordenação. No início da década de 80, rompeu com o Mosmsp e, juntamente com outros ativistas metalúrgicos, estruturou a Alternativa Sindical. Agora, no processo eleitoral do sindicato, levou até as últimas consequências suas discordâncias com o Mosmsp e não aceitou fazer parte da Chapa 3. Como coordenador da Comissão de Fábrica da metalúrgica Grampos Aço, foi indicado para integrar a Chapa 2. Um setor da Alternativa não teve coragem para tanto.

Pereirinha já previa a conduta estreita e de baixo nível do Mosmsp na fase decisiva da campanha eleitoral. "Esse pessoal se considera dono da verdade. Pensa que ser revolucionário é ser sectário. Não consegue ver o inimigo princi-

pal e ataca todos que discordam de suas opiniões. Quem discorda é pelego, na avaliação do Mosmsp", explica.

"Mosmsp se acha dono da verdade"

Segundo ele, o erro de fundo desta articulação é não entender a diferença entre partido político e sindicato. "O Mosmsp confunde as duas coisas e, por isso, tenta sempre partidizar o sindicato. Quando não dirige a entidade sindical, tenta desgastá-la. Não atua dentro do sindicato, não sindicaliza, não leva os trabalhadores para dentro da entidade para que eles possam compreender suas limitações.

Prefere, neste caso, trabalhar por fora do sindicato. No início, o Mosmsp criou várias associações paralelas, como a da Moóca, a da Celso Garcia. Depois, passou a instrumentalizar a CUT, atuando via CUT zonais e distritais. Com isso, só enfraquece o sindicato, desune a categoria".

O integrante da Chapa 2 lembra da época em que participava das reuniões do Mosmsp. "Lá dentro eram só divisões, conflitos entre várias correntes.

A majoritária defendia, por exemplo, que a sindicalização fosse feita com critérios, como se fosse um recrutamento para um partido político. Na prática, era contra a sindicalização. Achava que ela fortalecia

o pelego. Não enxergava que isso fortalecia a entidade de classe dos trabalhadores e servia, também, para derrotar os pelegos".

Finalizando, Pereirinha acredita ainda que o Mosmsp esteja desesperado na reta final da campanha. "O pessoal sabe que vai perder. Sabe que saiu atrasado na campanha e que está dividido internamente. Além disso, a Chapa 3 diz ter o apoio da CUT, mas isto não é totalmente verídico. Uma parcela importante de sindicalistas da CUT está conosco". Segundo Pereirinha, "isso é tão verdade, que alguns membros da Chapa 3 já dizem que trabalharão pela nossa chapa no segundo escrutínio".

(Altamiro Borges)

Fiesp aposta na situação

Devido à importância da eleição no Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo, a **Tribuna Operária** publicou nesta semana uma edição especial com 50 mil exemplares de tiragem. Nela o jornal centra seu ataque na Chapa 1, encabeçada por Luiz Antônio, atual presidente do sindicato. Mostra que esta articulação conta com o apoio da Fiesp (Federação das Indústrias) e com a "torcida" do presidente Sarney.

O apoio patronal fica patente na própria postura de vários gerentes e chefes de importantes empresas da capital paulista. Na Villares, por exemplo, o gerente de Relações Industriais, Herculano Torres, facilita a propaganda da chapa situacionista no interior da fábrica, mas manda punir os operários que colam adesivos da Chapa 2.

Conforme demonstra o jornal, esta ajuda é compreensível. A Chapa 1 representa o que há de mais atrasado e imobilista na disputa eleitoral. Luiz Antônio, desde que assumiu a presidência da entidade, se comporta de forma autoritária, desrespeitando inclusive as decisões das assembléias.



A edição da Tribuna Operária foi bem aceita na categoria

Além disso, ele não incentivava a organização da classe, não investe na formação das comissões de fábricas e joga na divisão da categoria.

A **Tribuna Operária** também desmascara a conduta

da Chapa 3, demonstrando que ela serve ao peleguismo ao dividir os votos oposicionistas. Por último, apresenta cinco razões para os metalúrgicos votarem na Chapa 2.

CANAVIEIROS-SP

Um sintoma do avanço da categoria

Com um alto grau de organização, os trabalhadores da cana da região de Ribeirão Preto, Araraquara e São José do Rio Preto, no noroeste paulista, estão enfrentando a intransigência dos usineiros. No décimo dia de greve - iniciada dia 25 de maio - estavam paralisados cerca de 100 mil bóias-frias (um terço da categoria na região) em 38 municípios. Também houve a adesão dos operários das usinas e destilarias autônomas. Marcos Canavez, presidente do Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Alimentação, calcula que 80% dos 11 mil operários estão em greve.

As principais reivindicações dos cortadores de cana são: diária de Cz\$ 200,00; medição da cana cortada por metro e não por tonelada, como é feita atualmente; estabilidade para a comissão de negociação e delegados sindicais para acompanhar o cumprimento do



Bóias-frias do interior paulista cruzam os braços e mostram sua força

Foto: Marcia Meizker

acordo. Os patrões estão irredutíveis e não concordam com as propostas apresentadas pela Federação dos Trabalhadores

na Agricultura do Estado de São Paulo (Fetaesp). Os usineiros aceitam pagar apenas Cz\$ 117 e os fornecedores de

cana Cz\$ 84 por dia de trabalho.

Até o fechamento desta edição a repressão policial estava menor do que nos anos anteriores. Na cidade de Morro Agudo houve conflito com a PM, quando três grevistas foram detidos na delegacia, deixando oito feridos: três bóias-frias e cinco policiais.

MAIS ORGANIZADOS

A região de Ribeirão Preto é a maior produtora de açúcar e álcool do país. A partir de 1984 - com a revolta dos bóias-frias de Guariba - houve um grande salto no nível de organização dos trabalhadores rurais. Nos últimos três anos foram realizadas três importantes greves, abrangendo vários municípios. No rastro destas mobilizações se criaram vários sindicatos e as diretorias de outros foram renovadas com lideranças mais combativas. Apenas neste ano se realizaram 20 encontros com

sindicalistas rurais, preparando-se para o embate salarial que se daria na época da colheita da cana, que vai de maio a novembro.

Os usineiros talvez formem o setor do patronato que mais privilégios auferem em nosso país. Não pagam dívidas para o governo, não depositam as contribuições sociais fixadas em lei e têm a venda do álcool garantida. Para fazer valer seus direitos os cortadores de cana são obrigados a lutar mesmo após o fim da greve, pois os patrões costumam não respeitar os acordos firmados. A greve em leme, em junho do ano passado, onde morreram baleadas duas pessoas pela PM, ocorreu porque uma usina não cumpria o acordo acertado. Vitor Faria, diretor da Fetaesp, faz um alerta: "Se não houver cumprimento do acordo, o interior paulista poderá se tornar explosivo de uma hora para outra".

FUNCIONALISMO-MG

Prossegue a luta pela garantia do gatilho salarial

A greve dos servidores de Minas Gerais atinge hoje 90% da categoria: são cerca de 70 mil funcionários e mais de 200 mil professores paralisados diante da truculência com que o governador Newton Cardoso tem conduzido as "negociações". O representante do comando de greve, Vagner Caetano, salienta que a insatisfação é geral entre o funcionalismo mineiro com a proposta feita pelo executivo de 50% de aumento para quem ganha mais e de 55% para os que ganham menos.

O dirigente sindical afirma também que esta proposta con-

tém erros grosseiros, como a desconsideração de acordo anterior ao atual movimento que rezava um aumento de 55% em junho. Isso fez com que a mensagem enviada pelo governador acabe resultando num aumento de apenas 31,6% para os professores de nível P1 e P2 e de 36% para os de nível P3 e P4. Outra questão levantada pelos grevistas é que o governo desconsiderou a promessa de dar aumento segundo o IPC e vinculado ao salário mínimo, o que não consta da mensagem enviada ao Legislativo. Com isso, os servidores ficam sem perspectiva de ganho no futuro.

ACAMPAMENTO FAZ PRESSÃO

O funcionalismo público estadual está acampado na Assembleia Legislativa com o objetivo de pressionar os parlamentares a rejeitar a proposta enviada pelo Governador Newton Cardoso. Além disso, os grevistas pretendem realizar um plebiscito com a população com a seguinte pergunta: "Você está satisfeito com o Governo do PMDB? Você votaria no Sarney, no Newton Cardoso ou no Sérgio Ferraz?" A intenção, segundo o comando de greve, é conseguir um milhão de assinaturas até o

dia 12 de junho, data em que realizar-se-á um julgamento em praça pública deste governo, para o que estão convidados juristas de renome nacional para atuarem no processo.

Na avaliação de Vagner Caetano, o governo decidiu não reconhecer a comissão de negociação. Lembrando que o Executivo adota posição populista e intransigente em relação aos funcionários, conclui que "poderemos até perder esta batalha diante da máquina administrativa de um governo autoritário, mas temos certeza que os prejuízos maiores serão

do povo. Será vantagem para o governo que os funcionários voltem ao trabalho insatisfeitos? Que um professor vá para a sala de aula numa situação financeira insustentável?".

É consenso na categoria que o esforço pela eliminação do gatilho salarial seria o primeiro passo para sua extinção para o conjunto dos trabalhadores brasileiros. Na última quarta-feira, em Brasília, o Supremo Tribunal de Recursos julgou o pedido de inconstitucionalidade da lei que garantia a aplicação do gatilho para os funcionários paulistas.

(da sucursal)

Congresso da Fetag-BA

Com a presença de 900 trabalhadores rurais, 227 sindicatos, realizou-se nos dias 23 e 24 de maio, o I Congresso Eleitoral da Federação dos Trabalhadores Rurais do Estado da Bahia. Eleita para o triênio 87/90, a chapa "Unidade e Luta para Avançar" obteve 426 votos contra 253 da chapa adversária, num total de 667 votantes. A chapa representa um amplo leque de forças atuantes no movimento sindical, com exceção do PT e setores ligados a Igreja, que preferiram fazer uma chapa exclusiva.

Segundo Wilson Martins Furtado, reeleito secretário-geral da Fetag, o Congresso representou um grande avanço para o movimento sindical. "Pela primeira vez os trabalhadores elegeram, através do Congresso, a diretoria da entidade, antes escolhida pelo conselho da Fetag, representado pelos sindicatos. Em segundo lugar o Congresso representou uma vitória da unidade sindical, ao derrotar diversas tentativas de divisão através de atividades e entidades paralelas à Federação".

Greve operária no Piauí

Mais de 2.300 operários da fábrica de confecções Guadalajara, em Teresina, entraram em greve protestando contra a decisão da empresa de mudar os turnos de trabalho, em prejuízo para os trabalhadores. De acordo com o plano da empresa, os operários seriam obrigados a permanecer 10 horas seguidas dentro da fábrica, pois ao invés de um único turno de trabalho, das seis às 14 horas (1ª turma) e das 14 às 22 horas (2ª turma), a jornada seria desmembrada em dois turnos, com duas horas de intervalo entre os mesmos. Como os operários não teriam condições de pagar quatro ônibus por dia, eles seriam obrigados a ficar no trabalho das seis às 16 horas (1ª turma) e das 12 às 22 horas (2ª turma). A revolta foi geral. O movimento começou com abaixo-assinado contra a medida e, diante da intransigência dos patrões, resultou na greve. Esta foi a primeira greve de fábrica no Piauí nos últimos 20 anos e terá uma enorme repercussão no movimento sindical do Estado.

Protesto dos posseiros

As 63 famílias despejadas da fazenda São Bernardino, em Vila Cava - Nova Iguaçu - estão novamente com vários de seus membros acampados em barracas de lona no Largo de São Francisco, em frente à sede do Incri, no centro do Rio de Janeiro, desde 27 de maio. São homens, mulheres, jovens e crianças que, diante da nova ameaça de despejo por parte do suposto dono das terras, Giacomo Gavazzi, através de uma ação judicial, tentam sensibilizar as autoridades para que o processo de desapropriação dos 181 hectares em questão seja assinado o mais rápido possível pelo presidente da República. O deputado Edmilson Valentim enviou telex ao presidente Sarney manifestando seu apoio aos posseiros e solicitando a imediata assinatura da desapropriação das terras.

Chegou "Desacato"

Com o apoio da União da Juventude Socialista, União Brasileira dos Estudantes Secundaristas e União Nacional dos Estudantes, foi lançado o nº 0 de "Desacato", publicação do Centro de memória da Juventude. O jornal pede liberdade para Lobão, aborda questões de moradia, de sexo, de cultura e entrevistou os Titãs. "Desacato" custa Cz\$ 10,00 e pode ser solicitado no endereço: Rua Catulo da Paixão Cearense, 236 - Saúde - São Paulo, Capital. Uma publicação que vem desacatar "quem não acredita na juventude e no futuro".

UJS faz "dia de lazer"

No último dia 31 de maio a União da Juventude Socialista realizou "um dia de lazer" na Praça do Trabalhador, na cidade satélite de Ceilândia, a 30 quilômetros do centro de Brasília. A juventude lotou a praça para participar de jogos de futebol, vôlei, dama, xadrez, e como não podia faltar, dançou ao som de duas bandas de rock brasileiras - Bagagem Clamdestina e Diário Oficial. "Um dia de lazer" faz parte do projeto cultural que a UJS vem desenvolvendo nas cidades satélites.

Deu chapa 1 nos Químicos

A Chapa 1 - União, Mobilização e Trabalho - venceu as eleições para a diretoria do Sindicato dos Químicos de Campinas. A nova diretoria, encabeçada por Sidnei Marinho, obteve 2.046 votos, enquanto a chapa da CUT ficou com 2.020 votos.

E também na Apropucc

Após seis dias de votação, a Chapa 1 - Unir Para Avançar - venceu as eleições para a diretoria da APRO-PUCC (Associação dos Professores da PUC de Campinas). Ela obteve 370 votos contra 331 dados à Chapa 2, vinculada à CUT.

Centro de Documentação e Memória
Fundação Maurício Grabois

Frio, esquemático e sisudo



Continuamos, neste número, a publicar opiniões sobre a edição experimental da nova fase do jornal, que pretendemos inaugurar na *Tribuna Operária*. Envie também a sua análise e suas sugestões para que façamos um jornal mais adequado às necessidades da luta dos operários e do povo brasileiro. Esperamos sua carta.

Ficamos satisfeitos

Ficamos muito satisfeitos, no Acre, com a "Edição Especial". Começando pela forma (tablôide). A distribuição dos editoriais e os temas levantados merecem destaque. A edição foi imediatamente consumida.

A TO deve desempenhar um papel de massas mais contundente. Deixar os chavões, e partir para o concreto, elevando o nível de consciência das massas, sentindo e aprendendo com elas, levantando as melhores propostas de solução, sempre apontando para o socialismo.

Sobre a capa: que se padronize uma cor permanente (vermelho); que se tenha algumas chamadas importantes; que se conserve o nome *Tribuna Operária*, com um adendo "Nova Fase"; que o logotipo seja em vermelho; que tenha um índice para orientar o leitor.

Melhorar a revisão, evitando matérias e notas truncadas. No box de assinatura, colocar: "Este jornal é sustentado única e exclusivamente pela vendagem, contribuição de operários, camponeses e democratas consequentes deste país". Adotar mais colunas. Especificar mais as editoriais.

Colocar desenhos mais leves, menos chocantes e sem muita apelação. As caricaturas devem ser mais definidas (fica difícil entender que o homem na matéria: "Jânio: grevista é no pau" seja tal figura. O título é que salva). Explorar mais as fotos jornalísticas.

Explorar mais reportagens de impacto (condições de trabalho, exploração nas fábricas, escravidão no campo). Ter uma página de esporte desligada da de cultura, abordando cartolagem, máfias, papel da loteria, distribuição de verbas ao esporte etc. Utilizar entrevistas.

Reportagens sobre a violência nas cidades. Questão cultural: comentários sobre discos, livros, entrevistas com artistas. Continuar a página sobre ciência de

forma mais clara, sem ser simplista (a matéria sobre genética ficou truncada em alguns trechos). Levantar questões relativas à credibilidade popular, materialismo dialético e histórico, tecnologia etc.

Constituinte (a postura de cada partido, as guinadas e variações, a posição dos comunistas). "drops" sobre as comissões e os lobbies, abrir espaço para os progressistas. Campo (luta camponesa, questão dos agrotóxicos, penetração do capitalismo, saúde, educação etc.).

Criar campanha de venda e ampliação do jornal. Instituir o humor na TO, através de quadinhos, fazer palavras cruzadas com temas políticos e econômicos. Criar concursos de contos, poesia, fotografias. Adotar mais desenhos pequenos entre as notas.

Criar colunas para o movimento estudantil, sindical e de massas. Acompanhar as greves. Evitar matérias longas na parte internacional - pegar mais os movimentos de libertação dos povos africanos e asiáticos.

Criar um quadro tipo "O que aconteceu há 10, 30, 50 anos atrás". Colocar, em cada edição, uma espécie de dicionário popular. Abordar temas como tóxico, sexo, moralismo, tendências. Destacar aspectos ligados à Amazônia (aqui podemos contribuir bastante). Ter mais estatísticas, quadros comparativos etc. Divulgar trechos dos clássicos e do João Amazonas.

Fizemos também uma auto-crítica: nós temos que nos preparar sobre os acontecimentos regionais e do Estado para ajudar a imprensa operária. Estamos fazendo uma espécie de "corpo de repórteres" para ver se enviamos matérias todas as semanas.

Aos companheiros da imprensa, o nosso caloroso abraço de confiança. (sucursal do Acre)

O lançamento do número experimental da "nova tribuna" é fato auspicioso para a nossa agitação e propaganda. Um novo jornal precisa ser antes de tudo um instrumento da luta de idéias do proletariado revolucionário. A burguesia se esmera em formas técnicas quando se trata de expressar seu pensamento e envenenar as mentes das pessoas. É certo que as condições materiais nos impedem de concorrer à altura, mas isso não nos pode levar à impotência e à abulia.

Em si, a saída do "experimental" revela a tentativa de autocrítica, do ensaio, da recriação do que temos feito. Mostra que estamos assumindo o compromisso de superar preconceitos, renitências conservadoras, saudosismos românticos e trilhar caminhos novos. Mas acho que ainda estamos no terreno da possibilidade. O número experimental, com suas bem-vindas inovações, indica a permanência de debilidades.

Ainda há pouca revelação das massas, das classes trabalhadoras, das camadas médias, do povo, no avatar de sua vida cotidiana, das misérias que amarga, dos ideais que persegue e das lutas que sustenta. É ainda frio, esquemático, sisudo, estático o reflexo da vida do povo nas páginas do jornal. Falta "esforço de reportagem" e o exercício de uma linguagem que leve os fatos ao leitor de molde a fazê-lo sentir a emoção que eles despertam. Aplicar no jornal a máxima das transmissões de rádio do Waldir Amaral: "É como se você estivesse à beira do gramado".

Falta ainda, também, acionar a arma da crítica, através da polêmica. Se não há opinião fundada em fatos, e se não travamos essa polêmica com outras opiniões, que por sua vez (não nos enganemos) também possuem suas bases de apoio, temos, ao invés de boa literatura e do bom jornalismo, letra morta, que não instiga, não acicita o leitor nem faz adeptos. Jornalismo é informação, somado com uma "overdose" de argumentos e polêmica. Mormente o jornalismo proletário.

Já se registram importantes



avancos na redação. Porém o leitor fica com a impressão de que falta algo em algumas matérias. O editorial precisa de mais verve: as matérias sobre a Constituinte, por sinal dois bons textos jornalísticos, pecaram pela falta de contraponto entre as teses mais avançadas e as teses retrógradas ou equivocadas; a matéria sobre os sem-terra é um texto sem viço; o artigo sobre a Argentina é evitado de burocratismo, não reflete o drama que o povo irmão viveu naqueles dias, não denuncia energeticamente o militarismo e os crimes cometidos pelos generais durante a "guerra suja"; já a matéria sobre genética, que tem o mérito de inaugurar a abordagem de temas científicos de um ponto de vista popular e progressista, padece de generalidade, fica no enunciado de princípios, que assim se transformam em clichês; a matéria de Brasília carece de informação própria, o que em certo sentido a despersonaliza. Em

suma, insistamos no preparo e no empenho na elaboração dos textos.

Outro ponto: para refletir a diversidade da vida, nosso jornal há que ser mais variado. O número experimental ficou meio gordo de política e inane de cultura, esporte e humor. Como perguntou um leitor, cadê a página de cultura, a crônica do cotidiano, os "picles", a história em quadinhos, o esporte etc.?

Muito louvável a iniciativa de incorporar artistas de renome à confecção do jornal (capa do Jayme Leão), mas a preocupação deve se estender às matérias. Um bom jornal se faz com um bom plantel de articulistas. Jornalistas democratas e progressistas seguramente, se mobilizados, se sentiriam honrados em oferecer algo do seu talento para o avanço de uma imprensa sadia, independente, popular e revolucionária.

O formato tablôide caiu bem e parece que passou no teste.

Pode-se dar a cada página melhor trato editorial e ousar mais na diagramação, nas retrancas e nas vinhetas. Mais atenção na revisão e maior cuidado com as fotos contribuirão para um brilho maior.

Uma palavra final sobre a sustentação financeira. Penso que o jornal deveria deflagrar uma campanha própria, mais arrojada, com bônus, assinaturas especiais, livro de ouro para doações, anúncios publicitários etc. Nosso esforço deve se direcionar para uma veiculação mais ampla e profissional do jornal, que enterre de uma vez por todas os métodos roneiros e tradicionais de venda e sustentação financeira.

Pedindo desculpas por ter violado uma das normas do jornalismo que é a da concisão, deixo meu fraterno abraço e os votos de êxito na grande empreitada que é a confecção da "nova tribuna".

(José Reinaldo Carvalho - São Paulo)



Leitor propõe logotipo da T.O.

O tamanho tablôide deixou o jornal melhor, pois permite termos uma visão global da página que estamos lendo. O nome do jornal em branco



ficou melhor, mas deveria ter um fundo sugestivo com relação às propostas da TO, a tirinha à esquerda do logotipo pode ser utilizada para chamadas. O desenho da capa está tecnicamente perfeito e bem criativo, mas na minha opinião a chamada de capa não estava em correspondência com ele.

Ficou bem melhor a seção de cartas e o expediente na página 2, mas o desenho que ilustrou a página e o nome "Dica do Leitor" não têm nada a ver. Mando com esta carta uma proposta para ilustração da seção, que deve continuar chamando "Fala o Povo".

Uma das inovações que mais gostei foi a criação das colunas

de opinião (deviam ter titulado "Opinião") escritas pela Jô e pelo Aldo. Deveriam vir sempre na página 3 ao lado do Editorial e escritas por pessoas diferentes. A coluna "Recado de Brasília" também foi uma inovação boa, que deve permanecer e sendo escrita por uma pessoa só, Moacyr de Oliveira Filho, no caso.

A colocação da reportagem de capa na página central foi uma boa iniciativa. Algum recurso deveria ter sido utilizado na diagramação, para que não sobrasse aquele espaço em branco à direita da página.

A caricatura do Jânio Quadros na pg. 12 não tem nada a ver. A página dedicada a um

tema científico (como, no caso, "Genética") atende aos anseios de inúmeros leitores. As colunas de notas sobre atividades parlamentares e "Pelo Mundo" também são uma boa.

Na penúltima página, o desenho que retrata o Oswaldão não poderia ter sido cortado, e precisava de uma identificação da pessoa retratada, no caso, o Oswaldão.

P.S.: As ilustrações das últimas TOs, principalmente as de capa, estão pouco criativas. E algumas das páginas internas estão mal acabadas. (Evandro da Costa Favacho, Ribeirão Preto, SP)

Tribuna Operária

Semanário Nacional
Faça já sua assinatura e ajude a imprensa operária que luta pela liberdade e pelo socialismo.

Anual (52 edições) - C\$ 1.000,00
Anual popular (52 edições) - C\$ 800,00
Semestral (26 edições) - C\$ 500,00
Semestral popular (26 edições) - C\$ 250,00
Anual para o exterior (em dólares) - US\$ 70

Nome:

Endereço:

Bairro:

Cidade: CEP:

Estado:

Profissão:

Data:

Recorte este cupom e envie junto com cheque nominal à Editora Anita Garibaldi Ltda
Rua Adoniran Barbosa, 53 - Bela Vista - S. Paulo
CEP: 01318

Endereço: Rua Adoniran Barbosa, 53, Bela Vista - São Paulo - CEP 01318.
Telefone: 36-7531 (DDD 011)
Telex: 01132133 TI OBR
Jornalista Responsável: Pedro de Oliveira
Conselho de Direção: Rogério Lustosa, Bernardo Joffily, Olívia Rangel
ACRE - Rio Branco: Edifício Felício Abrahão 2º andar sala 32 - CEP 69900.
ALAGOAS - Arapiraca: Praça Luís Pereira Lima, 237, sobreloja, CEP 57000.
Maceió: R. Cincinato Pinto, 183 - Centro - CEP 57000.
AMAZONAS - Manaus: R. Simom Bolívar, 231, (ant. Praça da Saudade) - Caixa Postal 1439 - R. João Pessoa, 53, São Lázaro. Telefone: 237-6644 - CEP 69000.
BAHIA - Camaçari: R. José Nunes de Matos, 12 - CEP 42800.
Folha de Santana: Av. Senhor dos Passos, 1399 - 2º andar - sala 1415 - CEP 44100.
Itabuna: Av. do Cinquentenário, 928, 1º andar sala 1 - Centro - CEP 45600.
Itapetinga: Av. Santos Dum - 44, 1º andar -

Centro, Juazeiro: R. Américo Alves, 6-A - CEP 44060.
Paratinga: R. Marechal Deodoro, 30 - Centro - CEP 47500.
Salvador: R. Conselheiro Junqueira Ayres, 41 - Barris - CEP 40000.
Simões Filho: Praça 7 de Setembro (prédio da antiga Cimes) - CEP 43700.
DISTRITO FEDERAL - Brasília: Edifício Venâncio IV, sala 312 - CEP 70302.
CEARÁ - Fortaleza: R. Barão do Rio Branco, 1809 - Centro - CEP 60000.
Iguatu: R. Floriano Peixoto, 408, 2º andar - CEP 63500.
Sobral: Av. Dom José, 1236, sala 4 - CEP 62100.
ESPÍRITO SANTO - Cachoeiro do Itapemirim: Praça Gerônimo Monteiro, 89, sala 2 - Centro - CEP 29300.
Vitória: R. Duque de Caxias, 112, Edifício Aguirre, sala 15 - CEP 29000.
GOIÁS - Goiânia: R. 3, Nº 380, casa 6 - Centro - CEP 74000.
Anápolis: R. 14 de Julho, 821 - Centro - CEP 77100.
MARANHÃO - São Luís: R. Grande, 921

Tribuna Operária

-Fone: 221-5444 - CEP 65000.
MATO GROSSO - Cuiabá: R. Comandante Costa, 548 - Fone: 321-5095 - CEP 78000.
MATO GROSSO DO SUL - Campo Grande: R. Antônio Maria Coelho, 1152, 1º andar, sala 15 - CEP 79100.
MINAS GERAIS - Belo Horizonte: R. Padre Belchior, 285 - Centro - Fone: 224-7605 - CEP 30000.
PARÁ - Belém: R. Manoel Barata, 993 - CEP 66000.
PARAIBA - João Pessoa: Rua 1817, nº 116, 2º andar - Centro - CEP 58000.
Paraná: Praça da Bandeira, 117, 1º

andar - Centro - CEP 58100.
PARANÁ - Curitiba: R. Saldanha Maranhão, 370, 2º andar - Fone: 222-9120 - CEP 80000.
Londrina: R. Sereipe, 984, sala 206, 2º andar - CEP 86100.
PIAUÍ - Teresina: R. Desembargador Freitas, 1459 - Fone: 222-2044 - CEP 64000.
PERNAMBUCO - Cabo: R. Vigário Batista, 236 - CEP 54500.
Garanhuns: R. Dantas Barreto, sala 1 - Centro - CEP 55300.
Recife: R. do Sossago, 221, Boa Vista - CEP 50000.
RIO GRANDE DO NORTE - Natal: R. Jundiaí, 420 - Cidade Alta - CEP 59000.

RIO GRANDE DO SUL - Porto Alegre: R. Vigário José Inácio, 687 - CEP 90000.
Bento Gonçalves: R. Dr. Casagrande, 58 - CEP 95700.
Canoas: R. Tiradentes, 130 - sala 405 - CEP 92010.
Caxias do Sul: R. Bento Gonçalves, 2048 - CEP 95100.
Pelotas: R. Voluntários da Pátria, 1966 - CEP 96015.
Cachoeirinha: Av. Flores da Cunha, 1235, sala 20 aberto depois das 18 horas e aos sábados das 9 às 12 horas.
Santa Maria: R. Mal. Floriano Peixoto, 1.357, sala 4 - CEP 97015.
Rio Grande: R. Gen. Vitorino, 746-A - CEP 96200.
Ijuí: R. 15 de Novembro, Edifício Nelson I. Uchese, s. 23, 1º andar - Caixa Postal 643 CEP 98700.
RIO DE JANEIRO - Rio de Janeiro: R. 1º de Março, 8 - 2º andar - Fone: 252-9935 - CEP 20000.
Niterói: Av. Amador Peixoto, 370, sala 808 - Centro - CEP 24000.
Duque de Caxias: R. S. N. Alves, 40, sala 101 - CEP 25000.
Nova Iguaçu: Travessa Renato Pedreira, 333 - CEP 26000.
S. João del-Rei: R. João del-Rei, 100 - CEP 36200.

Praça XV de Novembro, 21, sala 705 - CEP 88000.
SÃO PAULO - Americana: Av. Dr. Antonio Lobo, 281, sala 6 - CEP 13470.
Botucatu: R. Armando de Barros, 817, 1º andar, sala 2 - CEP 18600.
Campinas: R. Senador Saravia, 448, 1º andar - CEP 13100.
Marília: R. Dom Pedro, 180 - CEP 17500.
Osasco: R. Ten. Avelar Pires de Azevedo, 26, 2º andar, sala 12 - CEP 06000.
São Carlos: Av. São Carlos, 2119, Caixa Postal 533 - CEP 13560.
Taubaté: R. Anísio Ortiz Monteiro, 41 - CEP 12100.
São José dos Campos: R. Vilaca, 195, 1º andar, sala 19 - CEP 12200.
Guarulhos: R. Padre Celestino, 42, sala 8, 2º andar - CEP 12200.
SERGIPE - Aracaju: Av. Rio Branco, Edifício Oviedo Teixeira, sala 1220 - CEP 49000.
A TRIBUNA OPERÁRIA é uma publicação da Editora Anita Garibaldi Ltda. - Composição, Post-Up e Fotolito: Pinta Editora Ltda. - Fone: 33-9738 - Impres: 30-9738.

